



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

Cidades como mecanismo de Desenvolvimento Sustentável – o
caso do Eco-bairro da Boavista

Afonso Pereira Borga

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos de
Desenvolvimento

Orientador:
Professora Doutora Helena Rocha, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL

Outubro, 2019

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

Cidades como mecanismo de Desenvolvimento Sustentável – o
caso do Eco-bairro da Boavista

Afonso Pereira Borga

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos de
Desenvolvimento

Orientador:
Professora Doutora Helena Rocha, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL

Outubro, 2019

Na minha primeira visita ao bairro da Boavista, deparei-me com uma frase estampada na entrada do recente eco-bairro ali instalado, que serve de estímulo para esta epopeia da construção de comunidades mais sustentáveis:

“Quem não sonha alto, não levanta voo”

Helena Roseta, 2019

Agradecimentos

Terminar um projeto de Mestrado é também sinónimo de um culminar de um percurso que foi feito a par com muitas pessoas. Aqui destaco alguns agradecimentos.

Aos meus pais, pelo apoio constante, pelo porto de abrigo que são e pelos sacrifícios que sei que por mim fizeram. Pelo carinho e por serem o meu exemplo de vida e luta.

Aos meus amigos, particularizando a minha “tribo”: ao Mateus, à Teresa, à Cátia, à Rafaela. Os amigos que me têm vindo a acompanhar, que partilham os meus sonhos e parceiros de várias aventuras.

Ao GRACE, e, desta forma, à Maria João, à Tânia, ao Daniel, à Manuela, à Ana, à Joana e ao Pedro, pela atenção que tiveram comigo em especial nos últimos meses.

À Associação de Moradores do Bairro da Boavista, na pessoa da sua Presidente, Bela, e da ex-presidente Gilda Caldeira, por me terem explicado e “aberto o coração”, deixando transparecer todo o amor que sentem pelo Bairro.

À Professora Helena Rocha, minha orientadora, por ter, desde cedo apoiado este projeto, confiando sempre e mim e nas minhas capacidades.

À turma do Mestrado em Estudos de Desenvolvimento. Sempre inquieta e questionadora, com vontade de sonhar e concretizar, de que é exemplo a Revista in.disciplinar.

À SFUP, por ter sido a grande responsável pela música ter entrado na minha vida e desde a minha infância ser mais que uma escola de música e banda filarmónica, mas também, a minha maior referência de Associativismo e participação cívica.

Resumo

Somos hoje confrontados com inúmeros desafios no que diz respeito à sustentabilidade do nosso Planeta, emergindo a necessidade de respostas sustentáveis ao crescimento populacional e à expansão urbana, complementadas pela urgência de encontrarmos soluções sustentáveis para as nossas cidades, de modo a torná-las mais resilientes.

Os eco-bairros pretendem ser uma resposta neste sentido, fazendo uso de uma gestão sustentável dos recursos, apostando em energias renováveis e nos recursos endógenos, acautelando a participação local nos processos de decisão, assim como em processos de sensibilização e educação ambiental.

Procuramos, ao longo da presente dissertação, enquadrar os eco-bairros no Desenvolvimento Sustentável e conhecer como os processos de participação são efetuados, tomando como estudo o Bairro da Boavista, pertencente à freguesia de Benfica (Lisboa). Por fim, analisámos também o contributo que o Serviço Social pode ter em estratégias de desenvolvimento dos eco-bairros. Metodologicamente optámos pelo uso de métodos qualitativos, como a observação não participante e entrevistas semi-diretivas.

Como resultados destacamos que os eco-bairros incorporam vários princípios da Sustentabilidade, proporcionando qualidade de vida e em simultâneo o respeito pelos recursos naturais. Concluímos ainda a importância de se promover uma maior consciência coletiva sobre a sustentabilidade e adoção de práticas de preservação do espaço público, situação onde o Serviço Social pode e deve ter um contributo importante.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Eco-bairros.

Abstract

Nowadays, we are confronted with countless challenges concerning the sustainability of our Planet, raising the need for sustainable answers to population growth and urban sprawl, as well the urgency to find sustainable solutions for our cities, making them more resilient.

Eco-neighborhoods intend to be an answer, with a sustainable management of resources, renewable energies and endogenous resources, assuring local participation in decision making processes, as well as raising awareness and environmental education processes.

Throughout this dissertation we seek to frame eco-neighborhoods in Sustainable Development and to understand how participation processes occur, taking Bairro da Boavista, in Lisbon, as a study. Lastly, we also analysed Social Service contribution to developing strategies in eco-neighborhoods. Methodologically, we opted for the use of qualitative methods, such as non-participant observation and semi-directive interviews.

As highlighted results in the ecological neighborhoods incorporate several principles of sustainability, providing of quality of life while respecting natural resources. We also concludes the importance of promoting greater collective awareness about sustainability and the adoption of public space conservation practices, situation in which Social Work may have an important contribute.

Key words: Sustainable Development, Local Development, Participatory Development, Eco-neighborhoods.

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
I. Introdução	1
1. Breve justificação da escolha do tema	4
2. Nota metodológica	4
II. Teorias de Desenvolvimento	9
2.1. Novas abordagens de Desenvolvimento.....	13
2.1.1. Desenvolvimento Sustentável	14
2.1.2. Desenvolvimento Local e Participativo	18
III. Por que e como surgem os eco-bairros.....	23
3.1. O crescimento e insustentabilidade das cidades.....	23
3.2. Os Eco-bairros.....	25
3.3 Análise de eco-bairros considerados como boas práticas.....	30
3.3.1 Vauban – (Friburgo - Alemanha)	30
3.3.2 Hammarby Sjöstad (Estocolmo – Suécia).....	32
3.4 Atores envolvidos no desenvolvimento dos eco-bairros	35
IV. O caso do Bairro da Boavista.....	39
4.1. História do Bairro.....	39
4.2. O Eco Bairro Boavista Ambiente+.....	41
4.2. Um novo bairro	45
4.3. A participação local.....	48
4.4. Serviço Social no desenvolvimento dos eco-bairros	51
4.4.1. O contributo do Serviço Social	51
4.4.2 Educação ambiental.....	58
4.5. Análise das entrevistas efetuadas no Bairro da Boavista	61
V. Conclusão	73
Bibliografia	77
Webgrafia.....	81
Anexos.....	82
Anexo 1 - Componentes de uma Comunidade Sustentável.	82

Anexo 2 – Eixos da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020.....	83
Anexo 3 – Fotografias de Momentos de Participação Local.....	84
Anexo 4 – Eco Caderneta distribuída por todos os habitantes	85
Anexo 5 – Fotografias do eco-bairro da Boavista	86
Anexo 6 – Guião de Entrevista Moradores	87
Anexo 7 – Guião de Entrevista Decisores Políticos.....	88
Anexo 8 – Grelha de análise de conteúdo	89

Índice de Figuras

Figura 1. Perspetiva do eco-bairro de Vauban.....	31
Figura 2. Perspetiva do eco-bairro de Hammarby	34
Figura 3. Plano de requalificação do Bairro da Boavista.....	42
Figura 4. Modelo eco-social para o Serviço Social	57

Lista de Abreviaturas

APSS – Associação dos Profissionais de Serviço Social

CML – Câmara Municipal de Lisboa

ECS – Estratégia Cidades Sustentáveis

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

GABIP – Gabinete do bairro de Intervenção Prioritária

GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa

IFSW- Federação Internacional de Serviço Social

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- Instituto
Universitário de Lisboa

ONU – Organização das Nações Unidas

PEH – Plano Estratégico de Habitação

PORLisboa – Programa Operacional Regional de Lisboa

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RLVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo

UE – União Europeia

I. Introdução

Assistimos hoje a um crescimento populacional sem precedentes, aumentando o número de pessoas a viver em cidades, o que coloca novos desafios à vida em sociedade e à forma como nos organizamos.

Ely (1986) alertou há três décadas que o meio ambiente, recurso do qual a humanidade depende, está a tornar-se cada vez mais escasso, não só devido ao rápido crescimento populacional, mas também por via do sistema de consumo originado pelo crescimento económico e dos impactos ambientais originados pelo sistema económico vigente.

Esta pressão demográfica resulta também em efeitos negativos para o meio ambiente, contribuindo as cidades para o fenómeno das alterações climáticas, ao serem responsáveis pela emissão de 40 a 70% dos gases de efeito de estufa provenientes de atividades com origem humana (Un-Habitat, 2011).

Por outro lado, Careto e Lima (2006) alertam para o impacto que as cidades têm, enquanto grandes consumidoras de energia, devido à concentração de atividades, serviços e população, apontando a habitação como um dos principais responsáveis por esta energia, ao serem responsáveis por 50% da energia que alimenta as cidades (Careto e Lima 2006:133). Os mesmos autores referem que esta energia se obtém, fundamentalmente de combustíveis fósseis, sendo por isso, imprescindível que se possa fazer a transição adequada para o uso de energias renováveis.

O sexto e mais recente relatório global ambiental publicado pela ONU, (Global Environment Outlook 2019), enfatiza a urgência de se tomarem medidas de proteção ambiental que salvaguardem a saúde humana, apontando que a crescente urbanização do mundo pode ser encarada com uma oportunidade para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, enquanto é percorrido o caminho rumo às metas de ação climática. Neste sentido, as cidades apresentam-se como espaços onde a sustentabilidade constitui e “constituirá um desafio cada vez maior em todos os domínios e onde o comportamento de cada um dos seus habitantes terá de estar em articulação com diversas políticas do nível municipal ao global” (Ferreira, 2019:10).

Já o INE, num Relatório de 2018 sobre os Indicadores Portugueses dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é perentório ao afirmar que, no âmbito da realidade

portuguesa, as cidades encontram-se numa posição privilegiada para contribuir para o desenvolvimento sustentável, já que uma proporção cada vez maior da população vive em áreas urbanas. Neste sentido, “a urbanização provou ser muito eficaz na transformação do tecido económico e social dos países”, uma vez que as cidades oferecem economias de escala mais eficientes a muitos níveis, nomeadamente no que diz respeito ao fornecimento de bens, serviços e transportes, pelo que “podem tornar-se incubadoras da inovação e crescimento e impulsionadoras do desenvolvimento sustentável” (INE, 2018:153).

Por seu lado, o Global Environment Outlook 2019, produzido pela UN Environment, realça a importância da urbanização sustentável, na redução do impacto ambiental das cidades:

“sustainable urbanization can represent an opportunity to increase citizens’ well-being while decreasing their environmental impact. Lower impact urban lifestyles can be facilitated by improved governance, infrastructure, services, sustainable land-use planning and technological opportunities” (UN Environment, 2019:6).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com o horizonte até 2030 também devem cada vez mais ser alvo de atenção, reunindo esforços de todos os países, com vista a um futuro onde todos possam beneficiar de uma maior qualidade de vida, conjugando os 5 “P”: Pessoas, sobre a erradicação da pobreza e fome e da promoção da dignidade e da igualdade; Planeta, nomeadamente o combate às mudanças climáticas, apostando no consumo e produção sustentáveis e na gestão dos recursos naturais; Prosperidade, alavancando o progresso social e económico; Paz, construindo sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres da violência, e Parcerias, mobilizando esforços e recursos para a concretização destes Objetivos (BCSD, 2019).

Neste aspeto, para a presente dissertação, destacamos o ODS 11, “Tornar as Cidades e Comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, atentando concretamente nos seguintes objetivos específicos: “até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países” e “até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”¹.

¹ Disponível em <https://www.ods.pt/> (consultado no dia 7 de Outubro de 2019)

No âmbito do Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, tendo como foco o Desenvolvimento Sustentável, partimos das seguintes questões de investigação: De que modo os eco-bairros podem constituir-se enquanto resposta ao Desenvolvimento Sustentável? Que potencial para o Serviço Social em equipas multidisciplinares na construção dos Eco-bairros?

São objetivos gerais desta dissertação:

- Enquadrar o conceito de eco-bairro no Desenvolvimento Sustentável;
- Perceber as potencialidades do Serviço Social em equipas multidisciplinares nos projectos Eco-bairros

E quanto objetivos específicos os seguintes:

- Integrar os conceitos de participação e associativismo nos Eco-bairros
- Analisar o caso do Bairro da Boavista enquanto eco-bairro
- Analisar os contributos do Serviço Social na implementação dos eco-bairros

A dissertação encontra-se dividida em 4 Capítulos. Numa primeira parte procuramos contextualizar a escolha do tema, justificando a sua pertinência no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

No segundo Capítulo fazemos um Enquadramento Teórico, explorando as várias ideias em torno do conceito de Desenvolvimento, focando-nos, de seguida, em três conceitos alternativos de Desenvolvimento e que se relacionam diretamente com os objetivos da dissertação, como sejam o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento Local, e o Desenvolvimento Participativo.

No terceiro Capítulo dedicamo-nos ao estudo dos Eco-bairros, procurando, primeiro entender no que consiste este conceito e depois analisar dois casos de eco-bairros de referência internacional, que servirão também de comparação, em alguns pontos, ao Eco-Bairro da Boavista.

No quarto Capítulo centramo-nos no caso concreto do Bairro da Boavista, que materializa, na prática, os objetivos da presente dissertação, e onde apresentamos os resultados das entrevistas e da observação que realizámos no Bairro.

Por fim, terminamos com as Conclusões, onde apresentamos a resposta aos objetivos previamente estabelecidas e deixamos hipóteses e pistas para futuras investigações, no âmbito dos eco-bairros, em particular do Bairro da Boavista.

1. Breve justificação da escolha do tema

A escolha do tema da presente dissertação teve como objetivo explorar uma problemática que está, mais do que nunca, na agenda do dia, como é a sustentabilidade, e para a qual urge medidas e respostas que nos permitam enfrentar os desafios que se adivinham e responder da melhor forma às alterações climáticas.

Paralelamente, moveram-me duas grandes paixões, o Associativismo, analisando de que forma as questões da participação devem ser trabalhados no seio do Desenvolvimento Sustentável, e o Serviço Social, a minha área de formação, explorando a sua relação com a Sustentabilidade, numa relação que, como veremos adiante, ainda se encontra pouco desenvolvida, percebendo de que forma pode o Serviço Social introduzir a vertente ambiental (do meio ambiente) na sua prática, capacitando e sendo o facilitador de processos e práticas de educação ambiental junto do seu público-alvo.

Ainda que este seja um Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, considero fundamental a ligação estabelecida com a minha formação de base, numa ótica de conciliação dos saberes e técnicas adquiridas previamente, com novos olhares e investigações, que conferem à formação de base novas visões e uma abertura aos desafios contemporâneos. Trata-se contribuir com novas formas de pensar e olhar para o Serviço Social em Portugal, tocando num tema cada vez mais emergente e que colocará imensos desafios no modo de vida em sociedade: a sustentabilidade do nosso planeta e a manutenção do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos, no presente e no futuro.

2. Nota metodológica

Quando falamos de investigação em Ciências Sociais e Humanas, deve ter-se em conta, segundo Coutinho (2014), dois requisitos: que seja científica – pautada pela sistematização e rigor – e que seja adequada ao objeto de estudo, na medida em que o “cientista social” não se pode dissociar do contexto sociocultural em que está inserido.

Deste modo, as técnicas de recolha de dados usadas na presente dissertação, por se adaptarem melhor às condições e características do objeto de estudo foram, a pesquisa documental, a observação não participante e a entrevista semi-diretiva.

Segundo Kripka (2015), a pesquisa documental, “consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que

podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares”, acrescentando que este tipo de pesquisa “pode ser utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador “mergulhe” no campo de estudo procurando captar o fenómeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere”.

A leitura de legislação sobre reabilitação urbana foi outros das pesquisas documentais importantes, que nos permitiu um melhor conhecimento sobre a legislação atual em matérias de reabilitação.

Importa destacar a comparação internacional que efetuámos entre o Bairro da Boavista e outros dois eco-bairros. A escolha intencional destes eco-bairros internacionais recaiu nos bairros de Vauban, na Alemanha, e Hammarby, na Suécia, por serem considerados eco-bairros de referência a nível internacional.

A pesquisa de terreno, através de uma observação não participante, foi outra das técnicas de recolha de dados usada, tendo sido, para tal, necessárias, várias visitas ao bairro, de modo a compreendermos melhor as características do bairro e as interações sociais presentes.

A pesquisa de terreno contempla a presença do investigador no local e o contacto direto com os indivíduos, num processo em que o investigador “observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos”, participando, de uma maneira ou de outra “no quotidiano desses contextos e dessas pessoas” (Costa, 1986:132).

No que diz respeito à entrevista semi-diretiva, construímos um guião de perguntas abertas, permitindo a livre expressão dos entrevistados. Neste tipo de entrevista, “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” (Ghiglione e Matalon, 1977: 64). Assim, esta técnica é considerada adequada para “aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio já conhecido” (Ghiglione e Matalon, 1977: 89).

Segundo Bogdan e Biklen (2010), quando se trata de uma investigação qualitativa, podemos utilizar as entrevistas de duas formas: “Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação

participante, análise de documentos e outras técnicas” (Bogdan e Biklen, 2010:134). De qualquer maneira, em qualquer uma destas situações, “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan e Biklen, 2010:134).

Firmino da Costa alerta que, quando recolhemos informação por via da entrevista, tem de se ter sempre em conta que “mesmo mais questões ditas mais objetivas, tudo o que se obtém é uma declaração do sujeito sobre a observação que ele faz do seu próprio pensamento, comportamento ou situação” (Costa, 1986:142).

A opção pela escolha da entrevista, face a outros métodos, permitiu-nos registar e perceber de forma mais direta o modo como foram estabelecidos os contactos, a forma e disponibilidade com que fomos recebidos, assim como sinais de comunicação não-verbal, como por exemplo o tom de voz, que, como reforça Rocha (2015), aquando da análise da informação, nos pode fornecer elementos significativos para a interpretação.

Assim, fizemos um total de seis (6) entrevistas a famílias das novas casas construídas no âmbito do projeto Boavista Ambiente +, que beneficiou, nesta primeira fase, cinquenta (50) famílias. Esta escolha foi intencional e teve em conta o público-alvo das novas eco-casas. Paralelamente foram feitas entrevistas ao Arquiteto da Câmara Municipal que ficou responsável por coordenar a implementação do projeto, à atual Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, e à Presidente da Associação de Moradores à data do início da implementação da 1ª fase do projeto, assim como uma entrevista à Vogal da Junta de Freguesia de Benfica, responsável pelo Pelouro dos Direitos Sociais.

Importa, contudo, destacar algumas limitações resultantes do processo de observação, para além da interpretação pessoal, sempre presente e à qual por vezes é-nos difícil afastar, uma vez que, quem observa, reflete e avalia, sobre um qualquer problema, está, antes de mais, condicionado pela leitura possível da realidade observada. De acordo com Brito (2014), esta perceção inicial está sempre carregada de subjetividade, atendendo ao quadro valorativo de referência, aos conhecimentos e à experiência pessoal do investigador. Assim, mesmo que seja procurada a racionalidade objetiva, controlando a margem de subjetividade implícita, não será possível, na totalidade e de forma isenta, interpretar a realidade.

Outra limitação prende-se o curto período de tempo de observação, que impede de tirar conclusões mais aprofundadas e estabelecer laços mais concretos, para além do facto de ser um agente “estranho” ao bairro, e, deste modo a informação e testemunhos que recolhemos poderem ter algum filtro da parte dos entrevistados. Por fim, também destacamos, como limitação, o facto de a Assistente Social da Junta de Freguesia de Benfica não nos ter recebido, o que inviabilizou um contacto direto com o Serviço Social no acompanhamento do Bairro da Boavista. Como alternativa, reunimos e entrevistamos a Vogal com o Pelouro dos Direitos Sociais da Junta de Freguesia de Benfica.

II. Teorias de Desenvolvimento

“O desenvolvimento é desenvolvimento de todo o homem e de todos os homens, que deve ser integral, geral, mundial, solidário, homogêneo da dinâmica própria de cada grupo humano, que deve partir dos próprios povos, que exige um esforço contínuo e de harmonização das tensões e de redução das relações de forma”

Birou (1970:170)

O conceito de Desenvolvimento surge com o processo de industrialização, associado à noção de crescimento económico, numa relação que, como nos recorda Amaro (2004:38), lhe deu (ao conceito) “um carácter excessivamente economicista nos primeiros tempos, com repercussões ao longo de todo o período, até à atualidade”.

Assim, a definição de Desenvolvimento aponta-nos, numa primeira fase para o desenvolvimento económico, traduzindo-se pelo “florescimento de uma economia de mercado, pela passagem de uma agricultura de subsistência a uma economia de mercado e pelos progressos da industrialização” (Boudon et. al 2007:64).

Fica também patente que esta definição, maioritariamente económica e elaborada com o início da descolonização, é cada vez mais contestada, na medida em que provém de uma adaptação um pouco ingénua da ideia ocidental do progresso e que assenta num postulado de uma mudança uniforme, tendo em pouca conta “a diversidade das culturas, a extrema complexidade das histórias e a imprevisibilidade das ações sociais” (Boudon et. al 2007:65).

Podemos dizer que o conceito de desenvolvimento tomou como referência, desde a sua génese, para a sua formulação e conteúdo “a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais” (Amaro, 2004:42), entendendo-se assim como práticas a seguir com o objetivo de caminhar para uma sociedade da abundância, como a que se viveu durante o período entre o início da Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, considerava-se que os países ditos em desenvolvimento deviam seguir o mesmo padrão de desenvolvimento dos países desenvolvidos.

O economista Arthur Lewis desenvolveu um modelo de economia dual dinâmica, composto por um setor tradicional ou de subsistência e por um setor moderno ou capitalista. Este modelo encarava o desenvolvimento como um processo de expansão e

crescimento do setor moderno, ao passo que o setor tradicional se contraía ao ponto de a economia deixar de ser dualista (Rostow, 1960 cit.in Moreira e Crespo, 2012:31).

Este modelo pressupõe uma progressiva diminuição da população rural e, conseqüentemente, uma progressiva absorção de estruturas tradicionais por um setor moderno, produto do crescimento económico (Estêvão 2004; Moreira e Crespo, 2012).

Por sua vez, Rostow, dividiu em cinco as etapas do crescimento, introduzindo o conceito de “take-off” (descolagem), considerado o momento de evolução histórica das sociedades, a partir do qual eram alcançadas fases mais avançadas de desenvolvimento, caracterizadas pela completa modernização da economia e da sociedade, tendo por base um aumento da taxa de investimento, o surgimento de setores de “vanguarda”, e o estabelecimento de um enquadramento institucional, que servisse de suporte ao processo de industrialização e fosse capaz de sustentar o crescimento económico (Moreira e Crespo, 2012).

Assim, na sua teoria das etapas de crescimento, Rostow defendia que, toda a economia, depois do “take-off”, que era antecedido pela transição da sociedade tradicional, marcada pela produção agrícola e falta de tecnologia, o caminho para a maturidade culminava numa era de grande consumo, caracterizada por uma renda *per capita* que, garantisse, para uma grande maioria dos consumidores um elevado padrão de vida, tornando-se, nesta fase, a população predominantemente urbana (Rostow, 1974).

Deste modo, percebemos que o desenvolvimento económico é concebido como um processo de modernização, através do processo de substituição das estruturas sociais arcaicas (características do subdesenvolvimento) por estruturas modernas (Amaro, 2003; Moreira e Crespo, 2012).

Na esteira deste pensamento, o subdesenvolvimento era visto de uma maneira quantitativa, tendo em conta, por um lado, o rendimento *per capita*, e por outro a distribuição da população ativa por setores de atividade, acentuando-se a dicotomia entre tradição e modernização, e campo e cidade (Samagaio, 1999; Amaro 2003). De salientar também, os teóricos da dependência, que concebiam as relações internacionais como a causa do subdesenvolvimento. Este argumento tinha por base o período de expansão imperialista, caracterizado pelo processo da colonização, no qual se verificavam as ligações de exploração de uma metrópole face às colónias, legitimadas pelo poder institucionalizado (Brito 2004).

Em todo o caso, o pós 2ª Guerra Mundial marca o início de um período em que se assiste a um crescimento da importância da problemática do desenvolvimento, sendo esta a referência temporal que marca a afirmação do conceito de Desenvolvimento, num contexto de reconstrução europeia e mundial, para além de um contexto geopolítico marcado pelo colonialismo.

Assim, uma das justificações mais comumente invocadas para o surgimento deste conceito diz respeito à independência das antigas colónias europeias, baseando-se assim esta definição para guiar essas jovens nações.

Amaro (2017) destaca também, como modo de reconhecimento e validação do conceito de Desenvolvimento, a necessidade de se associar este conceito servindo de referência à “reconstrução europeia, após as destruições que a guerra provocou por toda a Europa”, sendo assim entendido como uma retoma dos “caminhos de progresso e de desenvolvimento, já anteriormente experimentados – o desenvolvimento como pilar da reconstrução e da retoma do progresso” (Amaro, 2017:80)

As principais críticas à ideia de Desenvolvimento, relacionam-se, inicialmente com a ideia de que crescimento económico nem sempre se traduz em Desenvolvimento (Amaro, 2003). Scatolin (1989) corrobora esta ideia, aludindo à distribuição da riqueza, afirmando que, na distinção entre desenvolvimento e crescimento económico, muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição de se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocuparem como tais incrementos são distribuídos.

Uma prova desta evidência é o facto de os indicadores que mediam o Desenvolvimento serem indicadores económicos, como o PIB e o PIB *per capita*, o surgimento de outros indicadores, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) permitiu dissociar o conceito de Desenvolvimento com o de crescimento económico, juntando-lhe fatores relacionados com os direitos sociais, nomeadamente a saúde, a habitação e a educação (Veiga, 2002).

Historicamente, o crescimento sustentado dos países desenvolvidos era movido pela industrialização e pela acumulação de capital, sendo também esta a ideia defendida para os países em desenvolvimento, que haviam de fazer o seu caminho até ao Desenvolvimento (Moreira e Crespo, 2012).

Nesta linha de pensamento, Esteva (2010) concorda que o conceito de desenvolvimento se baseou em definições económicas e indicadores quantitativos.

“Conceptually, there was a generalized revolt against the straitjacket of economic definitions of development, constraining its goals to more or less irrelevant quantitative indicators” Esteva (2010:9).

Sobre esta ideia, Furtado (1974) alerta para as consequências ambientais do estilo de vida assumido pelos países desenvolvidos, questionando a forma como é calculado o PIB, alertando já para os custos ambientais do sistema capitalista:

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?” (Furtado 1974:116)

Importa, contudo, não desvalorizar a dimensão económica, sendo esta dimensão, como sugerem alguns autores (Vasconcellos e Garcia 1998; Shumpeter 1961) importante em qualquer processo de desenvolvimento mas que por si só não é capaz de promover o desenvolvimento. Nesta lógica, Vasconcellos e Garcia (1998) afirmam que o desenvolvimento deve resultar da conciliação entre crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida.

Por seu lado, Sachs (1992) advoga que o crescimento económico não deve “ser aquele que conhecemos há décadas, que externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e económica” (Sachs, 1992:34), acrescentando que o crescimento com base na economia de mercado desenfreada aprofundará a divisão entre os países.

Anteriormente, Furtado (1974) já havia defendido esta ideia, referindo que o modelo da economia em expansão destrói e degrada em larga escala o meio ambiente, apontando também que o atual modelo cria a ilusão de que, crescendo a economia, tem-se desenvolvimento.

Nos últimos 40 anos, o conceito de desenvolvimento foi alvo de várias versões e reflexões (Amaro, 2003; Sachs, 2000; Bowles, et.al, 2016) fruto de várias contribuições, quer em termos de origem académica, quer em termos de experiências de várias práticas, tornando-se também por isso mais complexo e menos linear na sua conceção e aplicação (Amaro, 2003).

Deste modo, do conceito de Desenvolvimento, surgiram diferentes variantes, que, na sua essência, procuram situar o conceito no seio das comunidades, sublinhando a

importância da preservação do meio ambiente e a participação e envolvimento das comunidades nos processos de tomada de decisão. De uma forma, geral, tal como refere Reis (2005) dando prioridade à satisfação das necessidades básicas, sem esquecer os perigos do uso descontrolados dos recursos naturais e da rutura com os principais equilíbrios ambientais.

2.1. Novas abordagens de Desenvolvimento

Essencialmente a partir da década de 1970 começam a surgir novas abordagens e conceitos de Desenvolvimento, quase todas adjetivando a palavra “desenvolvimento”, como por exemplo Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local, (Amaro, 2003), duas abordagens às quais iremos dar especial foco ao longo da presente dissertação. São vários os fatores que levam à formulação de novos conceitos de desenvolvimento, sendo de destacar a ineficácia dos modelos economicistas, que motivaram desilusões face às expectativas criadas, e os consequentes sinais crescentes de mal-estar social nos países desenvolvidos, a noção das consequências e problemas ambientais provocados pelo desenvolvimento, para além de uma significativa redução dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento, contrariando o compromisso dos países industrializados (Amaro, 2003; Brito 2004).

Em todo o caso, estes novos conceitos de desenvolvimento adotaram uma visão com pressupostos centrados no Ser Humano, em detrimento da dimensão económica que até então prevalecera, “numa abordagem com uma base comunitária, fundamentado na atitude participativa e de atuação permanente das comunidades locais” (Brito 2004:38).

No geral estas propostas recomendam: a) uma perspetiva multidimensional e interdisciplinar do desenvolvimento; b) dinâmicas participativas e de “empowerment”; c) uma nova relação do desenvolvimento com a Natureza, marcada pelo princípio da sustentabilidade; d) lógicas de co-responsabilização e de parcerias; e) novos níveis territoriais de ação (nível local e supranacional) Amaro (2003).

O desenvolvimento deixa de ser concebido como um processo exclusivamente quantitativo, para passar a ser perspetivado a partir de indicadores qualitativos e de ordem eminentemente social, recorrendo à integração de todas as dimensões que o constituem (Brito, 2004).

Apontando para a necessidade de um novo paradigma de Desenvolvimento, Sachs (2010) alerta que o modelo industrial, que tem vindo a ser seguido pelos países considerados como “desenvolvidos” tem provocado consequências no planeta Terra.

“If all countries ‘successfully’ followed the industrial example, five or six planets would be needed to serve as mines and waste dumps. It is thus obvious that the ‘advanced’ societies are no model; rather they are most likely to be seen in the end as an aberration in the course of history” (Sachs 2010:18)

Todos estes fatores reforçam a ideia da necessidade de se encerrar a “era do Desenvolvimento” e passar a uma nova era que se liberte das influências e pensamentos anteriores. Assim, estes conceitos de Desenvolvimento alternativo trazem-nos uma visão multidimensional do Desenvolvimento, com um grande enfoque nas capacidades e competências de cada território, o que resulta também numa maior importância dada à participação e cidadania das comunidades (Lee, 2001).

2.1.1. Desenvolvimento Sustentável

As preocupações ambientais e relacionadas com a sustentabilidade, ainda que estejam, mais do que nunca, na ordem do dia, estão já há algum tempo presentes nas discussões que envolvem o Desenvolvimento, tendo motivado o surgimento de novos conceitos, nomeadamente o Desenvolvimento Sustentável, que iremos abordar de seguida.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surge como uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, reconhecendo as limitações de um conceito de desenvolvimento quase exclusivamente centrado na dimensão económica e que, por consumir de forma excessiva e crescente de serviços e recursos da natureza, é inerentemente depredadora e empobrecedora da biosfera (Furtado, 1992).

É em 1968, que, neste sentido de preocupações relacionados com a proteção do meio ambiente, surge o Clube de Roma, um grupo de diplomatas, cientistas, humanistas e economistas que se reuniram para debater o uso indiscriminado dos recursos naturais do meio ambiente a nível mundial (Oliveira, 2012). Em 1972, o Clube publica o seu primeiro relatório “Os Limites do Crescimento”, que explora uma outra opção ao conceito de Desenvolvimento, referindo que o Desenvolvimento está ligado a várias questões globais e que, portanto, deve ter uma estratégia global que permita “atacar” todos os principais problemas, incluindo em particular os da relação do homem com o seu ambiente.

Este relatório veio alertar para o uso excessivos dos recursos naturais, focando a finitude destes recursos e a necessidade de se encontrar respostas que protegessem o meio ambiente, mas que não deixassem de dar resposta ao crescimento populacional que se previa. A questão da pressão demográfica é uma das preocupações referidas no documento, tendo esta atingido um nível tão alto, e de forma tão desigual, que esse facto deve obrigar a humanidade a procurar um estado de equilíbrio no planeta. (Meadows, et. al 1972).

Segundo McCormick (1992; cit.in Oliveira 2012), este Relatório pretendia chocar as pessoas com o objetivo de as fazer abandonar a complacência, que até então se vivia face às questões ambientais, apontando, neste sentido duas principais conclusões, nomeadamente: 1) os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos caso se mantivesse a tendência do crescimento da população e, por conseguinte, da poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de “recursos” naturais; 2) era possível alterar esta tendência, através de uma possibilidade sustentável de estabilização económico-ecológica.

Brito (2004), realça que a evolução histórica a partir deste período conduziu a consciencialização pessimista, inspirando-se na finitude dos recursos não renováveis tendo em conta o consumo e os problemas decorrentes da destruição.

Outra das preocupações evidenciadas no Relatório, e que é um debate constante do Desenvolvimento, prende-se com a situação dos ditos Países em Desenvolvimento, reconhecendo os autores do relatório que o equilíbrio mundial só será possível se, através de uma estratégia global, a situação dos países em Desenvolvimento for substancialmente melhorada, por comparação às nações desenvolvidas. (Meadows, et. al 1972).

Em 1972, na Conferência de Estocolmo, surge o conceito de Ecodesenvolvimento, que, como refere Sachs (1991) está na base do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Apoiando-se no conceito de sustentabilidade, esta perspectiva de Desenvolvimento foca-se na preocupação de acautelar o desenvolvimento futuro, evitando a destruição no presente de recursos não renováveis (Moreira e Crespo, 2012)

Já em 1987, o relatório de Brundtland “Our Common Future”, veio trazer uma definição de Desenvolvimento Sustentável, acentuando o problema do uso excessivo dos recursos naturais sem considerarmos a capacidade de suporte dos ecossistemas, traduzindo Desenvolvimento Sustentável como uma forma de Desenvolvimento que

permite “responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas necessidades” (WCED, 1987:43).

Ao tentar estabelecer uma comparação entre o “Limites do Crescimento” e o Relatório de Brundtland, Oliveira (2012) diferencia ambos na medida em que o primeiro preconiza o “divórcio entre ecologia e economia”, ao passo que o segundo foi o “corolário do processo de alinhamento dos interesses económicos com a questão ambiental”, sugerindo assim a adequação entre economia e ecologia, “através da combinação entre a ideia do desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo económico” (Oliveira 2012:81/82).

Tendo esta questão em conta, importa então considerar que este modelo não sugere a estagnação do crescimento económico, mas sim uma conciliação deste crescimento com as questões ambientais e sociais. Hopwood (2005) resume esta ideia referindo que o conceito de Desenvolvimento Sustentável é o resultado da combinação da “crescente consciencialização dos problemas socioeconómicos com as preocupações com um futuro saudável para a humanidade”.

Deste modo, se numa primeira fase, os aspetos referentes à sustentabilidade se centravam na preocupação com a gestão das reservas de recursos não renováveis, como o petróleo, o desenvolvimento sustentável “passou também a considerar a gestão dos recursos renováveis, devido ao problema do ritmo de renovação / qualidade desses recursos” (Moreira e Crespo 2012:40).

Sobre o conceito de Sustentabilidade, importa determo-nos um pouco nas dimensões que Sachs (2000) tem em conta, nomeadamente: 1) Sustentabilidade Social, através da promoção da melhoria da qualidade de vida da população e numa maior equidade na distribuição de renda e de bens; 2) Sustentabilidade Económica, por via da alocação e gestão mais eficiente de recursos, assim como de um fluxo constante de investimentos públicos e privados; 3) Sustentabilidade Ecológica, através de uma gestão eficiente dos recursos naturais e da adoção de práticas que protejam o ambiente 4) Sustentabilidade Territorial, apostando num equilíbrio entre o meio rural e urbano, e o conseqüente respeito pela biodiversidade; 5) Sustentabilidade Cultural, respeitando as diferenças e valores entre os povos; 6) Sustentabilidade Política, promovendo a criação de espaços públicos assentes numa democracia representativa e uma maior autonomia dos governos locais (Sachs, 2000, cit.in Rocha, 2015:66).

De uma forma geral, este conceito de Desenvolvimento traz à tona, uma vez mais, a consciência da necessidade de uma nova relação entre o ser humano e o meio ambiente, como resultado da incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo atuais, berço do pensamento de crescimento económico outrora subjacentes à ideia inicial de Desenvolvimento.

Egan (2005) refere-se, neste sentido, ao termo “capital natural”, reforçando que o âmago deste conceito passa por redefinir o conceito de riqueza, incluindo o capital natural, isto é ar limpo, água potável, mar sem poluição, terra fértil e outro conjunto de mais valias naturais (Egan, 2005).

Um outro aspeto desta definição reflete-se na preocupação com as gerações futuras, numa perspetiva de solidariedade com os que virão, mas também uma preocupação individual, que todos devemos ter presente. Neste sentido, Lefèvre e Sabard (2009) destacam que o desenvolvimento sustentável pressupõe também uma forte atuação individual, no sentido de cada um de nós se empenhar nesta nova era.

Corroborando esta lógica, Amaro (2004:56), destaca três exigências subordinadas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente: 1) a solidariedade entre gerações; 2) a da integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento, 3) a da durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento.

O carácter geopolítico deste conceito é outras das características realçadas, a defender uma maior gestão dos recursos naturais de cada território:

Apresenta importante carácter geopolítico, através de uma nova logística de ordenamento territorial baseada em um planeamento de maior eficácia na gestão das riquezas naturais consideradas como capital e da criação de uma ordem hegemónica que implica na constante vigilância para com o território, onde o processo de reestruturação é cabal para a manutenção do domínio (Oliveira 2012:87)

Outro dos marcos no debate do Desenvolvimento Sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Desta conferência destaca-se a aprovação da Agenda 21. Esta Agenda tem como um dos principais fundamentos da sustentabilidade:

a consolidação da democracia e da cidadania, estimulando a participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, com ideais de ética, justiça, participação, democracia e satisfação de necessidades (Rocha 2012:67)

Em 2015, no contexto das Nações Unidas surgem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, adotados pela quase totalidade dos países do mundo. Estes Objetivos, dezassete no total, definem as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global até 2030 e procuram mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns (BCSD, 2019)².

Os ODS centram-se em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir. Requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta.

Em jeito de conclusão deste subcapítulo, servindo também de introdução ao seguinte, importa referir a crescente consciencialização por parte dos cidadãos, assim como o crescimento de grupos civis organizados e partidos políticos de ideologia verde, que permitiram um “terceiro sistema de poder” na promoção do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Sachs (1993) destaca a importância da participação local, referindo que “a promoção do meio de vida sustentável de se tornar parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento, não pode ter sucesso sem a participação dos grupos e das comunidades locais” (Sachs, 1993:39).

2.1.2. Desenvolvimento Local e Participativo

Amaro coloca o Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo na mesma “fileira”, considerando-os conceitos que entendem o desenvolvimento, antes de mais, como o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos, sendo, por isso, a satisfação de necessidades uma consequência, mas não a vertente principal do conceito (Amaro, 2004)

Deste modo, o mesmo autor realça o protagonismo das comunidades no processo de Desenvolvimento Local através das suas capacidades para a resolução dos problemas:

² Retirado de <https://www.ods.pt/ods/>, consultado a 20 de Agosto de 2019.

O Desenvolvimento Local exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2004:57)

Para Rocha (2014), a participação ativa dos cidadãos é também uma questão central na promoção do desenvolvimento local, referindo a necessidade de se promoverem e implementarem ações nos territórios que permitam ao cidadão a sua efetiva participação, permitindo desta forma um controlo social efetivo sobre a gestão pública pelo meio de uma sociedade civil fortalecida e o *empowerment* dos grupos sociais, antes marginalizados, nas instâncias superiores de tomada de decisão (Rocha, 2014).

Moreira e Crespo (2012), também realçam que o *empowerment*, ou seja, o reforço do poder das pessoas e das comunidades através do aumento das suas capacidades, é uma condição para a participação e liderança. Para estes autores, o desenvolvimento local obedece a uma lógica participativa, sublinhando a importância da participação das comunidades locais para a resolução dos problemas que são vividos no seio destas, promovendo-se a valorização dos recursos locais, não negando a necessidade de se usarem recursos externos, numa ótica de complementaridade, uma vez que o desenvolvimento local não é autossuficiente (Moreira e Crespo, 2012).

Para Teisserenc, o Desenvolvimento Local trata-se, antes de mais, de um sistema aberto ao seu ambiente, com a capacidade de mobilizar recursos locais, sejam eles materiais ou imateriais, com o objetivo de se beneficiar da sua capacidade de produzir inovação social (Teisserenc, 1994). O desenvolvimento mais autónomo baseia-se na existência de capacidade de gestão e tomada de decisões locais; esta capacidade desafia as competências dos serviços, a qualidade da parceria e, mais geralmente, o estado do sistema de ação local (Teisserenc; 1994).

A importância das parcerias nesta ótica de desenvolvimento é fundamental para que se possa promover a participação direta de todos os intervenientes e com impacto em toda a comunidade.

Korten (1992; cit.in Brito 2004) estabelece três princípios dos quais o desenvolvimento local está dependente, nomeadamente:

1) a justiça equitativa, permitindo assegurar os padrões mínimos exigidos em relação às condições de vida da população, perspetivando-a como uma prioridade do desenvolvimento; 2) a sustentabilidade, garantindo a utilização racional e local dos recursos pela população local, no presente e assegurando o bem-estar futuro, por não o pôr em causa, 3) a inclusividade, em que todos os indivíduos pertencentes a um dado grupo teriam a necessidade e a capacidade de ser reconhecidos como potenciais intervenientes no processo de mudança de um determinado período histórico considerado (Brito 2004:40)

Estes princípios, colocam um desafio à gestão do poder local, sendo necessário, para tal, a existência de um poder descentralizado, que possa criar órgãos de poder local com capacidade autónoma para a tomada de decisões, partindo do pressuposto que a população seja a base do exercício do poder, numa perspetiva “from below” (Brito, 2014).

Em suma, o conceito engloba cinco dimensões: 1) a inclusão e integração social, favorecendo a participação de todos nas tomadas de decisão; 2) a renovação, dinamização e diversificação da economia local, promovendo a valorização dos recursos endógenos e das capacidades e competências locais; 3) a inovação da gestão pública, legitimando a vontade e participação das comunidades; 4) a proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais, e 5) a mobilização social, incentivando a participação das comunidades, por exemplo, através do associativismo. (Amaro, 2003; Moreira e Crespo, 2012; Rocha, 2015).

Estabelecendo uma distinção entre o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo, ainda que ambos foquem a importância da participação, o primeiro conceito atribui uma grande importância aos conceitos de território e comunidade, ao passo que no conceito de desenvolvimento participativo, estas duas dimensões não surgem como referência (Moreira e Crespo, 2012).

Neste sentido, o pilar decisivo do desenvolvimento participativo é o envolvimento das pessoas, quer seja de uma forma individual ou em grupo.

No que diz respeito ao Desenvolvimento Participativo, Amaro (2004) apresenta-nos uma definição que acentua a participação das populações, em todo o processo de decisão, num verdadeiro ato de cidadania:

o conceito de Desenvolvimento Participativo põe o acento tónico na adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres (Amaro, 2004:57)

Por seu lado, Moreira (2009), foca a importância da participação na evolução do conceito de Desenvolvimento, destacando o carácter inclusivo e multicultural deste tipo de Desenvolvimento:

O conceito de participação foi o mais revolucionário na história do Desenvolvimento, pois veio alterar para sempre a lógica inicial de indução de desenvolvimento nas sociedades, marcada por uma visão etnocêntrica e unilateral de progresso e evolução. Hoje, a utilização do conceito de participação e da metodologia participativa do projecto nas intervenções é visto como primordial para o cumprimento de um desenvolvimento efectivo, cada vez mais inclusivo e com pendor multiculturalista (Moreira, 2009:25)

São vários os autores (Ghai 1990; Amaro, 2004; Moreira, 2009, Rahnema, 2010) que referem que este conceito tem tido particular aceitação a nível internacional, na medida em que a maioria das agências multilaterais e bilaterais reconheceu a importância da participação como um meio e como um objetivo de desenvolvimento, tendo verificado que quando as pessoas estavam localmente envolvidas e participavam ativamente dos projetos, havia uma maior eficácia dos projetos, inclusive em termos financeiros

Neste sentido, Rahnema (2010) aponta a falta de participação local como um dos motivos para o insucesso de alguns projetos de Desenvolvimento:

This led them to attribute most of the failures of development projects to the fact that the populations concerned were kept out of all the processes related to their design, formulation and implementation. In their great majority, they started to advocate the end of ‘top-down’ strategies of action and the inclusion of participation and participatory methods of interaction as an essential dimension of development (Rahnema, 2010:128)

Rocha (2015) destaca o facto deste conceito estabelecer uma relação “direta” com os indivíduos, não os transformando em beneficiários passivos e permanentes de programas assistenciais estatais, mas sim, favorecendo o desenvolvimento do capital humano e social:

Ao verticalizar as relações e desestimular as conexões horizontais, ao desmobilizar a criatividade e a inovação (capital humano) para enfrentar coletivamente os problemas, ao substituir a colaboração pela competição por recursos exógenos e ao impedir que essa colaboração se amplie e se reproduza socialmente (capital social), o sistema político está a exterminar os factores necessários para que aquela comunidade se possa desenvolver (Rocha 2015:60)

O desenvolvimento participativo é encarado, nesta perspectiva, como uma alternativa à tradicional abordagem vertical, do topo para a base, colocando a tónica na participação ativa das pessoas.

III. Por que e como surgem os eco-bairros

“O futuro das cidades será determinado pelas cidades e dentro das cidades”

Rogers (2001:25)

3.1. O crescimento e insustentabilidade das cidades

Estima-se que cerca de 55% da população mundial viva atualmente em cidades, esperando-se que esta taxa suba para 68% nas próximas décadas. Isto significa que as cidades de hoje estão a crescer duas vezes mais rápido, em termos de área terrestre do que em população (UN, 2019:19).

Esta expansão urbana representa uma ameaça à sustentabilidade do planeta, não só pelos padrões de consumo urbano, como pelas emissões de carbono associadas ao desmatamento tropical e a mudanças no uso da terra, aquando dos processos de urbanização. O crescimento acentuado da população urbana, conjugados com os padrões de habitação atuais, estão a acelerar a taxa de aumento da poluição e da erosão (UN, 2019; Egan 2004).

No que à sustentabilidade ambiental diz respeito, as cidades representam entre 71 e 76 por cento das emissões de CO₂ e entre 67 e 76 por cento do consumo global de energia, sendo o centro da produção e consumo da maior parte dos bens industriais, traduzindo-se assim num desafio pelos padrões de consumo que prevalecem nos ambientes urbanos (UN-Habitat, 2011).

Dos motivos que estão na origem dos efeitos negativos da sobrepopulação nas cidades, destaca-se também o consumo de combustíveis fósseis, nos quais se incluem o fornecimento de energia para a geração de eletricidade, o transportes públicos e privados, ou o uso de energia em edifícios residenciais e comerciais (Rocha, 2014).

Nesta lógica, também o relatório GER Cities (2011) aponta os padrões de consumo e produção atuais como sendo as fontes de degradação do ecossistema e da mudança climática, referindo, no entanto, o enorme potencial que as cidades têm em liderarem um novo movimento “verde” da Economia Global.

Relativamente aos edifícios e infraestruturas, são vários os autores que referem a importância do planeamento e construção adequada de infraestruturas mais sustentáveis e que potenciem a adopção de comportamentos e consumos mais amigos do ambiente,

nomeadamente através do uso de energia renovável, sistemas de reutilização de água e introdução de novas tecnologias “limpas” (Hoballah e Smaoun, 2012; Rogers 2011).

Hoballah e Smaoun (2012:10) referem, num Relatório do Programa Ambiental das Nações Unidas que o atual Desenvolvimento Urbano é caracterizado por 3 mudanças ambientais fundamentais e amplas, a saber: 1) uma “segunda vaga” de urbanização, caracterizada pelo aumento exponencial de pessoas a viver em cidades; 2) uma era de escassez e restrição de recursos; 3) uma era de maior incerteza, por meio dos efeitos das alterações climáticas, que se traduz numa maior imprevisibilidade de disponibilidade de recursos.

Implica também termos em consideração os problemas sociais das cidades, nomeadamente o desemprego, a pobreza, ou a criminalidade, que minam a capacidade de uma cidade ser sustentável do ponto de vista ambiental, sendo também assim imprescindíveis novos conceitos de planeamento urbano, que integrem as responsabilidades sociais e sejam espaços que favoreçam a cidadania (Egan 2004).

Neste sentido, é ainda de salientar os estudos de Henri Lefébvre (1968), através da sua publicação “Direito à Cidade”, que vê as cidades como sendo locais onde se assiste a uma tendência no sentido de enfraquecimento de uma vida social e orgânica, em que os novos aglomerados urbanos tendem a eliminar o papel da rua, lugar de encontro e de convivialidade por excelência. Esta questão é particularmente relevante no contexto desta tese por estarmos a falar dos exemplos de eco-bairros, em específico o caso do Bairro da Boavista, onde os laços de vizinhança são particularmente relevantes.

A análise do Livro Verde do Ambiente Urbano, editado pela União Europeia em 1991 e do Livro Verde “Por uma nova cultura de mobilidade urbana” acentuam a necessidade de olharmos para a vida nas cidades de uma forma mais sustentável. Nestes documentos, o ambiente urbano passa a integrar questões mais vastas e complexas para a prossecução de um Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente os transportes, a mobilidade, a proteção e a valorização do património histórico-cultural e o próprio planeamento urbano, sob a noção de desenvolvimento enquanto processo integrado e global (Samagaio 1999; CCE 2007).

Ichimura (2003) salienta a importância de um correto planeamento urbano, alertando para os efeitos prejudiciais da falta deste planeamento para a segurança dos seres humanos e para a degradação ambiental:

Unplanned urbanisation provides a threat to the health and safety of human beings, as well as urban productivity, and combined with inadequate infrastructures, it accelerates environmental degradation (Ichimura, 2003:7)

Numa altura em que, nunca como então, as cidades abrigaram tantas pessoas, é nestas que reside o potencial para que milhões de pessoas possam continuar a viver as suas vidas de forma saudável, acentuando-se o desafio para que as cidades possam ser uma resposta sustentável ao crescimento populacional.

Nessa ótica, um estudo recente das Nações Unidas sobre urbanização refere-se a este processo como sendo uma oportunidade de articular, no espaço urbano, quase todos os tipos de resposta relacionados com os Objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, acentuando a necessidade de respostas sustentáveis ao crescimento das cidades (UN, 2019).

Autores como Samagaio (1999) e Egan (2004) reforçam esta ideia, salientando a capacidade de suscitar inovações e de absorção de novas ideias e mecanismos que as cidades comportam, traduzindo-se, assim, numa oportunidade de serem uma resposta eficaz aos novos desafios sociais e ambientais.

É nesta linha que, fruto da cada vez maior sensibilização ambiental, introduziremos o conceito de eco-bairro, encarado como uma resposta aos efeitos negativos das cidades para o meio ambiente, incorporando preocupações que temos vindo a referir no que diz respeito à organização das cidades, nomeadamente, e entre outros, o fomento do uso de energias renováveis, em detrimento de energias fósseis, estilos de construção das habitações mais sustentáveis, promoção de mais espaços verdes e do uso de transportes públicos.

3.2. Os Eco-bairros

O POR Lisboa, na sequência da abertura das candidaturas ao concurso “Programas integrados de criação de eco-bairros” define “eco-bairro” como sendo:

áreas urbanas que com base nos princípios do desenvolvimento sustentável adotem de forma integrada e articulada equipamentos, redes de infra-estruturas, técnicas, metodologias e boas práticas que permitem rentabilizar a gestão e utilização dos diversos recursos necessários ao quotidiano e vivência da população, nomeadamente energia, água, resíduos, transportes, mobilidade e espaço público, melhorando desta forma o desempenho

ambiental do bairro no seu todo (espaço exterior e interior), promovendo a sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural da área de intervenção, com impactes positivos para a qualidade de vida e quotidiano da população (POR Lisboa 2009:1).

Nesta definição, destacam-se, para além da questão da sustentabilidade, os aspetos sociais e económicos. Na mesma linha de pensamento, Egan (2004), realça também os direitos de oportunidade e escolha das populações, promovendo uma gestão eficaz dos recursos naturais:

Sustainable communities meet the diverse needs of existing and future residents, their children and other users, contribute to a high quality of life and provide opportunity and choice. They achieve this in ways that make effective use of natural resources, enhance the environment, promote social cohesion and inclusion and strengthen economic prosperity. (Egan 2004:18).

Por seu lado, Williams (2000) aprofunda a relação entre o ser humano e o meio ambiente, referindo que o “eco-planning” se deve traduzir em estratégias e técnicas que combinem urbanismo, participação democrática e o meio ambiente, para criar lugares saudáveis e civilizados para se viver, valorizando o respeito pela natureza.

It means "a living area governed more by nature than legislature; and a sustainable human settlement based on ecological balance, community self-reliance, and participatory democracy" Williams (2000:11)

A recém-criada Associação “Eco bairros de Futuro” também apresenta uma definição de eco-bairro:

Os Eco Bairros são coletivos construídos e geridos com preocupações de sustentabilidade ambiental, e integração social e intergeracional, habitados por comunidades empenhadas na preservação da biodiversidade, da água, do solo e da energia, no quadro de uma economia comum e de future (Eco bairros de Futuro, 2019)³.

Em todas as definições acima elencadas, fica realçada a necessidade de um planeamento equilibrado das cidades, respeitando quer os recursos naturais existentes, quer os direitos dos cidadãos, atendendo às suas necessidades, presentes e futuras. Em suma, trata-se de uma gestão equilibrada e sustentável, que vê o Homem como parte

³ A Associação Eco-bairros de Futuro surgiu em 2019 e tem como objetivo a conceção e construção de eco-bairros em meio urbano, criando um novo padrão de sustentabilidade, habitabilidade e acessibilidade (Fonte: <https://www.ecobairros.org/>)

integrante da Natureza, e não enquanto simples “consumidor” de recursos, conforme nos elucida a seguinte frase:

To achieve sustainable urban development, cities must be planned and managed to form a balance between human being and natural environment by using resources carefully and transferring them to the next generations (Dizdaroglu, et.al, 2009:1)

Neste sentido, a gestão da energia, a redução das emissões de gases com efeito de estufa, o desenvolvimento das energias locais e renováveis, a gestão da mobilidade e a adaptação às mudanças climáticas, são elementos a inserir nas estratégias territoriais, de modo a poder responder a questões como a contenção da expansão urbana, a gestão e reciclagem dos resíduos, a construção de edifícios energeticamente eficientes e o desenvolvimento dos transportes coletivos (Hoballah e Smaoun, 2012).

Silva (2013), destaca três contributos importantes que os eco-bairros podem trazer, nomeadamente a redução da pegada ecológica, através do uso de energias mais limpas e de comportamentos ambientalmente mais favoráveis, a redução do consumo exagerado de recursos que se tem verificado, apelando a uma maior eficiência no uso dos recursos, e em terceiro a uma maior participação das comunidades, trazendo os habitantes para um processo integrado de planeamento da sua cidade.

Estes contributos trazem à tona os conceitos de Desenvolvimento abordados anteriormente, quer através do cuidado com o meio ambiente e da preocupação ambiental, patente na definição de Desenvolvimento Sustentável, quer através do envolvimento e participação dos habitantes nos processos de tomada de decisão e participação no planeamento das cidades, preocupações presentes no Desenvolvimento Local e Participativo.

Rocha (2014:14) traça, em linhas gerais, este conceito de eco-bairros destacando os seguintes contributos: 1) são bairros onde se consome menos energia devido a um melhor isolamento dos edifícios e ao uso de equipamentos económicos em energia; 2) polui-se menos; 3) reduz-se o uso de viatura própria, privilegiando-se a bicicleta e os transportes públicos; 4) recupera-se a água da chuva; 5) preservam-se as plantas e os animais.

O urbanismo sustentável baseia-se na noção de equilíbrio dinâmico, definindo-se factores de equilíbrio entre natureza e cidade, tradição e progresso, global e local, indivíduo e sociedade.

Partindo desta ideia, Verdaguer (2000) formula critérios gerais para a planificação sustentável, tais como: a) de conservação dos recursos energéticos e matérias tendo como matriz de actuação fechar o ciclo de todos os fluxos, como solução para os problemas ambientais; b) de reequilíbrio entre natureza e cidade, como preservação de partes de território, para manter os ciclos naturais e introduzir os processos naturais no tecido urbano – este critério é importante para pôr limite à expansão urbana e dar prioridade à regeneração urbana ecológica; c) de redistribuição dos recursos e serviços sobre o território e dentro da cidade, mediante processos de auto-suficiência, de criação de redes de serviços e informação, para também reduzir a pegada ecológica; d) de desenvolvimento local dentro do marco global da sustentabilidade, sendo necessário consolidar e valorizar os pequenos e médios núcleos urbanos e assim cumprir objectivos de forma conjunta; e) de habitabilidade dos espaços (interiores e exteriores), para fomentar o bem-estar e a qualidade de vida dentro de uma concepção ampla e orgânica que considera o metabolismo de cidade no seu conjunto; f) de equidade social, como factor chave para a sustentabilidade do sistema urbano. Estes critérios têm como objectivo a intervenção urbana sustentável, isto é, a “integração do meio natural, rural e urbano; poupança de recursos energéticos e matérias; qualidade de vida em termos de saúde, bem-estar social e conforto” (Verdaguer 2000:67/68).

Em 2007, os 27 Estados-Membro da União Europeia, definiram, através da Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis, um modelo ideal de Cidade para a Europa do Século XXI. A Carta de Leipzig trata-se assim, de

”um documento político, que aponta para a necessidade de os estados-membros se comprometerem nas respostas aos desafios sociais e demográficos que as cidades e regiões enfrentam, às alterações climáticas e aos impactos das mudanças estruturais na economia, seguindo os propósitos do desenvolvimento urbano sustentável, entendido na sua tripla vertente económica, social e ambiental” (Fórum das Cidades)

A Carta de Leipzig dá-nos as seguintes recomendações: 1) criação e manutenção de espaços públicos de qualidade, apostando numa maior interação entre arquitetura e planeamento urbano, a fim de se criarem espaços públicos atraentes, que permitam alcançar uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; 2) melhoria das redes de transportes urbanos, apostando na eficiência energética e redes interligadas, incluindo a aposta em ciclovias; 3) aposta na eficiência energética dos edifícios. (Leipzig Charter, 2007:3/4).

Paralelamente, a Carta de Leipzig dá uma especial atenção às comunidades socialmente vulneráveis que existem no seio das cidades, e que se deparam com problemas como o alto desemprego ou a exclusão social. Para alcançar os objetivos de coesão social e integração nas cidades e áreas urbanas, dá-se relevo às políticas de habitação social, que, bem concebidas, podem ser ferramentas eficazes, melhorando as condições físicas e de eficiência energética de habitações sociais.

As preocupações sociais estão, deste modo, bastante presentes no conceito de eco-bairro, sendo esta uma das diferenças quando comparamos eco-bairros do Norte e Sul da Europa:

Prevê-se que os projetos desenvolvidos no Sul da Europa serão mais próximos dos ideais base do eco-bairro pois tudo indica que apresentam uma maior preocupação relativamente à vertente social para além de possuírem vantagens relativamente às condições climáticas e disponibilidade de recursos. Esta distinção entre Norte e Sul da Europa é fundamental para o aperfeiçoamento do eco-bairro, pois será da junção destas duas abordagens distintas que poderá surgir o eco-bairro verdadeiramente sustentável, um que às preocupações ambientais una as preocupações sociais sobre um fundo de contenção económica (Salgado, 2013:101).

Neste contexto, importa introduzirmos o conceito de *simbiocidade*, um modelo de cidade sustentável que surgiu na Suécia, e que passa por um plano integrado de gestão da energia, do lixo, e da água.

A simbiocidade (*symbiocity*) é o conceito que domina a vida na cidade sustentável. O termo surgiu na Suécia em 2008 e refere-se a uma abordagem ao desenvolvimento urbano sustentável no qual a cidade e os seus habitantes devem (re)aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e reduzir o desperdício (...) Esta abordagem envolve diferentes *stakeholders* na qualidade da tomada de decisões, participantes, associados, contribuintes, etc. A abordagem da simbiocidade pretende promover a cooperação e a partilha em detrimento da competição com outros e que privilegia os objetivos e interesses comuns. Para além disso é uma abordagem que enfatiza a abordagem multidisciplinar, com o intuito de se fazer uma análise com as várias perspetivas para que se possa identificar sinergias entre os diferentes aspetos num enquadramento de planeamento integrado. Requer para isso um processo baseado na transparência e abertura, que possibilite a gestão de barreiras institucionais ou de conflitos de interesses (Rocha, 2015:168).

Em suma, os eco-bairros permitem a integração de várias preocupações relacionadas com a sustentabilidade, com um grande foco em processos e construções “amigas do ambiente”, que reduzam o seu impacto negativo com o meio envolvente e o uso de recursos renováveis, complementada com uma forte preocupação social e com a integração da participação ativa dos habitantes.

3.3 Análise de eco-bairros considerados como boas práticas

Neste subcapítulo pretendemos analisar dois casos internacionais de eco-bairros. Os exemplos de eco-bairros encontram-se principalmente no Norte e Centro da Europa, motivamos pela rápida expansão do conceito nesta zona, sendo, no entanto, de realçar que tem existido uma forte aposta no desenvolvimento de eco-bairros nos últimos anos nos países do Sul da Europa (Souami, 2009)

Para a escolha dos eco-bairros que iremos mencionar seguimos os seguintes critérios:

- a) referências internacionais que os classificam como estudos de caso;
- b) participação local, isto é, casos em que as populações foram fortemente envolvidas nos processos de tomada de decisão;

3.3.1 Vauban – (Friburgo - Alemanha)

O eco-bairro de Vauban está instalado numa antiga área militar ocupada pelo exército francês. Em 1992, após a retirada do exército francês, o município de Friburgo adquiriu os terrenos da área militar.

Em 1993, algumas pessoas dedicadas em torno dos líderes de pensamento André Heuss e Matthias Martin Lübcke desenvolveram a visão de um distrito ecológico, em grande parte livre de carros. Assim, para transformar estas ideias em realidade, e de modo a envolver deste cedo os habitantes, foi fundado, em 1994, por meio de um regulamento que impunha a obrigatoriedade de a Câmara de Vauban iniciar um processo de consulta e envolvimento público, o Fórum Vauban,⁴ que, com a colaboração de numerosos especialistas, desenvolveu conceitos para o novo bairro. Deste modo, a coordenação de toda a participação cívica no processo de planeamento e construção do novo bairro ficou também a cargo do Fórum (Moura 2010).

⁴ Associação local criada em 1994, que permite à população participar no processo de planeamento e de construção.

No mesmo ano, a cidade de Friburgo levou a cabo uma competição de ideias de design urbano, com vista ao desenvolvimento do eco-bairro. As especificações de planeamento foram, entre outras: 1) Conciliação entre espaços de trabalho e lazer; 2) prioridade para pedestres, ciclistas e transporte público; 3) preservação da população de árvores existentes no local; 4) integração de diferentes grupos sociais; 5) boa ligação dos apartamentos aos espaços abertos; 6) fornecimento de aquecimento local e edifícios residenciais em construção de baixa energia.

Deste modo, em 1997 o Fórum Vauban apresenta o projecto “Bairro Sustentável de Vauban”, integrando novos conceitos nas áreas da mobilidade, energia e construção ecológica e social, tendo merecido este projeto, o reconhecimento e apoio financeiro da União Europeia, e no ano seguinte as primeiras cooperativas de construção iniciam as suas obras.



Figura 1. Perspetiva do Bairro de Vauban

(Fonte: <http://bairronovolaguna.blogspot.com/2010/05/vauban-ecobairro.html>)

No que diz respeito ao envolvimento da população no processo de desenvolvimento do eco-bairro, conforme mencionado anteriormente, houve o cuidado de envolver, desde o início os habitantes, como fica patente através do seguinte exemplo:

Cinco grandes espaços verdes foram implementados entre as diversas vias Norte-Sul que se distribuem ao longo do bairro. Cada um deles foi cuidadosamente planeado em ateliês com a participação dos residentes interessados. O resultando é a diferenciação do carácter

de cada um desses espaços e uma forte utilização e identificação por parte dos residentes (Moura 2010:28)

Paralelamente, o Fórum Vauban levou a cabo um importante trabalho de relações públicas e educação ambiental, procurando despertar o interesse para as questões ambientais e para a possibilidade de criarem um bairro onde essas questões pudessem ser tidas em linha de conta (Moura 2010).

Em Vauban, os aspetos da mobilidade e da segurança foram das questões mais tidas em conta, sendo que, para além de um forte investimento em transportes públicos, nomeadamente através de um eléctrico que atravessa todo o bairro e o liga ao centro da cidade em 15 minutos, “os carros são mantidos fora do bairro, graças a um parque de estacionamento colectivo situado à entrada do bairro. A maioria das ruas do bairro não tem estacionamento e a velocidade está limitada a 30km/h” (Rocha, 2014:40).

Estas medidas permitem uma melhoria da qualidade de vida, ao libertar a população do bairro da poluição ambiental e sonora, para além dos aspetos de stress ligados ao trânsito, libertando espaço público normalmente ocupado pelos veículos e equipamentos associados.

No aspeto social, foi tida em consideração a preocupação de o bairro promover a vida em comunidade, pelo que não existem separações entre varandas nem jardins privados, para além da existência de diversos espaços comuns. Assim, tudo se partilha e está à disposição de todos os moradores, desde varandas, máquinas de lavar, máquinas de cortar a relva ou até os carros (Moura, 2010).

Para além disto, o bairro foi igualmente concebido para poder acolher pessoas portadoras de deficiências, tendo também sido implementado recentemente no bairro uma estrutura que acolhe cerca de 10 idosos que sofrem de Alzheimer. Para além disto, uma das escolas do bairro foi também concebida de modo a facilitar, em caso de necessidade, uma mudança para lar para idosos, dando desta forma, resposta ao problema social do envelhecimento da população, e reduzindo os problemas ligados ao envelhecimento solitário (d’Erm, 2009; cit.in Rocha, 2014).

3.3.2 Hammarby Sjöstad (Estocolmo – Suécia)

Hammarby Sjöstad é um distrito em Estocolmo, na Suécia, adjacente ao centro da cidade, sendo uma antiga zona industrial. O planeamento para a criação do eco-bairro começou

em 1996 e o plano inicial de construção, previa que o distrito de 200 hectares abrigasse aproximadamente 20.000 pessoas em 9.000 unidades habitacionais (Gaffney, et.al 2007). De referir que este eco-bairro foi construído em terrenos que não estavam a ser usados para habitação:

Um exemplo de eco-bairro construído através da renovação de terrenos em desuso ao invés da desadequada ocupação de terrenos virgens. Este projeto transformou terrenos indesejados em território de valor elevado dotado de multifuncionalidades e que providencia aos seus residentes uma qualidade de vida superior. Hammarby é um bom exemplo de um metabolismo urbano circular e das suas vantagens relativamente à proteção do ambiente e à qualidade de vida das pessoas (Energie Cités; ADEME, 2008; cit. In Salgado, 2013:33).

O objetivo base do projeto foi o de criar um distrito urbano que fosse duas vezes melhor em termos de impacto ambiental e que usasse metade da quantidade de energia usada em construções deste género (Inghe-Hellström 2005, cit. In Gaffney, et.al 2007). Ao atingir este objetivo, a cidade de Estocolmo estava assim a preparar-se para criar um modelo internacional de desenvolvimento sustentável. Este ambicioso objetivo ambiental incluía metas de descontaminação de terras abandonadas, provisões para transporte público, programas de reciclagem de água e resíduos e consumo de energia de impacto zero para seus moradores (Gaffney, et.al 2007).

Paralelamente, o eco-bairro de Hammarby também tinha como objetivo a construção de espaço comerciais e de lazer, criando assim empregos para cerca 10.000 pessoas, para além de oferecer uma ampla gama de programas educacionais, culturais e recreativos (Dastur 2005).



Figura 2 Perspetiva do eco-bairro de Hammarby

Fonte: <http://www.duocasa.com/blog/2012/11/hammarby-sjostad-o-bairro-verde-de-estocolmo/>)

À semelhança do bairro de Vauban, as questões relacionadas com a mobilidade, também estão bastante presentes neste bairro, sendo os transportes coletivos uma das preocupações centrais do projeto, assim como o principal meio utilizado. como nos esclarece Rocha (2015):

Cerca de 79% das pessoas vão trabalhar a pé, de bicicleta ou utilizando os transportes públicos o que permitiu reduzir a utilização do carro em 40%. Esta percentagem não seria alcançado se a rede de transportes, especialmente o “Tram” (eléctrico) fosse construída mais tarde, o projecto foi planeado nesse sentido para evitar que as pessoas adquirissem o hábito de utilizar carro (Rocha 2015:165)

Em todo o caso, ainda no aspeto da mobilidade sustentável, é de assinalar a utilização do biogás como combustível prioritário para veículos (autocarros, camiões do lixo e táxis).

As preocupações sociais e culturais também estão bastante presentes neste bairro tendo existido um cuidado com a promoção da coesão social e do sentido de comunidade, promovendo programas que fortaleçam a interação social:

In terms of social sustainability, the project balances both private and public space for the residents, and ensures priority is placed on social capital. The high density living in Hammarby Stostad promotes a greater sense of community through development of programs and processes that promote social interaction and cultural enrichment. (Gaffney, et.al 2007:24).

Foram criados vários espaços dedicados à cultura e lazer, nomeadamente vários espaços com programas culturais e de leitura, sendo de destacar a transformação de uma antiga fábrica de Diesel, que agora abriga um espaço para concertos, teatros e uma biblioteca.

Neste bairro também torna.se imprescindível um processo de educação ambiental, sendo que neste caso, os recém-proprietários recebem um "kit" explicativo do processo

de separação dos lixos, são incentivados a usar os transportes públicos e a deixar o carro à porta de casa, entre outras medidas (Rocha, 2015)

Se no bairro de Vauban, existe uma clara influência da população local nos processos de tomada de decisão, nomeadamente através do Forum Vauban, também este bairro é marcado por uma forte componente de participação. Assim, ao longo do processo de planeamento foram envolvidas todas as autoridades e administrações locais, com o objetivo de elaborar uma abordagem focada no uso sustentável dos recursos.

3.4 Atores envolvidos no desenvolvimento dos eco-bairros

Neste ponto pretendemos aprofundar os diferentes atores que estão envolvidos no desenvolvimento dos projetos dos eco-bairros, tendo como fundo uma abordagem multidisciplinar, percebendo de que forma conceitos como “sustentabilidade ambiental”, “participação” ou “comunidade” se interligam, na prática.

Desta forma, reconhecendo a importância das organizações locais na gestão dos projetos de sustentabilidade, importa, ter-se em conta a necessidade de se constituírem equipas multidisciplinares, com a presença de organizações de áreas distintas, como sejam a educação e a saúde, em que as várias partes interessadas sejam ouvidas e tidas em conta no processo de tomada de decisões.

Egan (2004) realça a necessidade do trabalho conjunto entre as diversas organizações presentes na comunidade para a construção de comunidades sustentáveis, destacando o papel que os líderes locais devem ter na criação de parcerias multidisciplinares:

A broad range of occupations and organisations, service providers and interest groups must also be involved in the sustainable communities agenda. Our approach requires local authority chief executives and leaders to take a pro-active role in creating the multi-disciplinary and multi-organisational partnerships that we believe are essential to success (...) we propose that local partnerships for sustainable communities should include developers, local councillors and council staff, key agencies such as police, education, health, environment and utilities, representatives of the local community, and the business community. These groups need to work together to create both shared values and a sense of responsibility for making delivery of sustainable communities a reality in their area” (Egan 2004:33)

O Governo, e mais especificamente o poder local tem um papel importante na coordenação dos projetos, garantindo o suporte necessário para a promoção de comunidades sustentáveis:

We recommend that the Government places a clear responsibility on all relevant public services, including central government departments, to support, contribute to, and promote sustainable communities (Egan 2004:35).

Soumi (2009) corrobora esta preocupação, reforçando que importa ter a conta a necessária articulação e a importante parceria entre as comunidades que irão beneficiar diretamente dos eco-bairros, o poder local, os promotores privados e públicos, as agências de habitação social e todos os peritos das diferentes áreas envolvidas no projeto, para que se consiga alcançar o sucesso destes projetos.

Por seu lado, na Estratégia Cidades Sustentáveis 2020⁵ (ver Figura 3 – Anexos), fica também patente a necessidade do envolvimento dos vários agentes que intervêm na cidade:

A sua implementação (das cidades sustentáveis) requer o envolvimento ativo dos vários agentes que intervêm na cidade e na valorização e fortalecimento do sistema urbano nacional, tanto para a administração pública, central e local, como para o setor privado e todos os demais atores, cujo contributo é determinante para a prossecução de objetivos de sustentabilidade urbana (DGT, 2015:12)

Em relação à participação local, deve ser garantida a participação dos habitantes, associações de moradores, entre outros, desde o início do processo de desenvolvimento, de modo a, não só dar-lhes a possibilidade de exporem as suas necessidades, como também apontarem eventuais disfuncionamentos, e a perceberem melhor o que se pretende com o projeto, promovendo, desta forma, uma melhor resposta às necessidades reais da população local (Rocha, 2015; Lefèvre e Sabard, 2009).

Neste sentido, importa falarmos do Associativismo, que tem sido uma das vias mais comuns de organização e participação das comunidades, sendo uma forma de as levar a

⁵ A estratégia Cidades Sustentáveis 2020 configura-se como uma proposta de âmbito nacional, aplicável ao nível local, com vista a um futuro mais sustentável, articulando para tal uma visão com um conjunto de princípios orientadores e quatro propostas de eixos estratégicos de intervenção.

“rentabilizar os seus recursos e capacidades, de melhorar as suas condições de vida, de as tornar capazes de decidir autonomamente dos seus destinos e, ainda, de as levar a assumir e a fazer-se representar juntos dos poderes estatais” (Capucha 1990:31).

Ammann (1978 cit. in Carlos et.al 2006) conceituou a participação como “(...) o processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens e serviços dessa mesma sociedade”.

No seguimento deste pensamento, o associativismo tem também um importante papel na representação política, na medida em que a promoção da representatividade dos interesses dos grupos pobres nas políticas e nas práticas das organizações do Estado passa, quase sempre, pela capacidade que aqueles revelam de se associar, organizar e eleger os seus “definidores da situação” (Capucha, 1990). Fernandes (2002) defende que promover a relação e inserção das associações na comunidade para intervir em projetos coletivos mobilizadores, de que são o exemplo os eco-bairros, permite reduzir as injustiças e os processos marginalizadores, ampliando, desta forma, a participação e o gosto pela vida na cidade e recriação da sua identidade.

Já Scherer-Warren (2001) define associativismo como:

“formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificação e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou projetos comunitários” (Scherer-Warren, 2011, cit.in Leonello 2010:40).

Deste modo, o associativismo e o trabalho colaborativo que se desenvolve em torno deste surge como uma forma de empowerment de todos os que nele participam ao promover o processo de reconhecimento e criação e utilização dos recursos e instrumentos. Segundo Pinto (1998), pode-se considerar que o associativismo se situa no nível de *empowerment* comunitário, que se revela em quatro planos em interação: a comunicação, o capital comunitário, as competências e a participação.

O atual regime jurídico da Reabilitação Urbana, atualizada em 2019, refere que a participação dos interessados ao longo dos procedimentos, pode ser exercida através de organizações representativas de interesses locais, nomeadamente no âmbito da discussão pública de planos, programas e projetos (Art. 71º DL n.º 66/2019).

Segundo a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, indicam que, no aspeto particular da participação das comunidades “tem vindo a registar-se uma mobilização no sentido da participação e envolvimento de agentes e cidadãos na definição das políticas e projetos de reabilitação urbana” (Infodata LVT, nº9)

A mesma fonte apresenta como exemplo os orçamentos participativos, na medida em que a maioria dos projetos apresentados por municípios, estão relacionados com operações urbanísticas que se enquadram na reabilitação urbana.

O orçamento participativo trata-se de um instrumento de participação cívica, que permite a aproximação dos cidadãos aos órgãos de decisão, através da possibilidade de manifestarem as suas preocupações e propondo respetivas sugestões para o seu território (Infodata LVT, nº9).

No caso específico que abordaremos de seguida, a Associação de Moradores teve um papel fulcral, ao ser o pólo dinamizador do bairro, promovendo a participação da comunidade e mediando as relações entre esta e o poder local.

IV. O caso do Bairro da Boavista

“Acredito que a arquitetura, o urbanismo e o planeamento urbano possam evoluir ainda mais para nos proporcionar ferramentas cruciais para garantir o nosso futuro através da criação de cidades com ambientes sustentáveis e civilizados”

(Egan, 2004:14)

4.1. História do Bairro

O Bairro da Boavista localiza-se na freguesia de Benfica, na periferia ocidental da cidade de Lisboa, entre a CRIL-IC 17 e o Parque Florestal de Monsanto. O bairro foi construído pela Câmara Municipal de Lisboa, na década de 40 para o realojamento das famílias provenientes de barracas dos arredores e na sequência de projetos de renovação urbana, como o Viaduto Duarte Pacheco, sendo que as primeiras famílias escolhidas para viver no bairro foram as que se encontravam mais vulnerabilizadas pela sua situação económica (Rocha, 2014; Blogue do Bairro da Boavista⁶).

O bairro foi alvo de sucessivas fases de realojamento e melhorias das habitações, sendo de realçar as alterações vividas no bairro a partir da década de 70, altura em que a população do bairro aumentou cerca de 50 %, devido a famílias que vieram de diversos locais da cidade de Lisboa, em especial, da zona de Alcântara onde se preparava a construção da primeira Ponte sobre o Tejo (Rocha, 2014; Blogue do Bairro da Boavista).

Esta situação veio determinar profundas alterações no grupo original do bairro, tendo-se, inicialmente gerado processos de rejeição que iam ou não sendo revolidos se as populações recém-chegadas se fossem “aculturando” (Rocha, 2015).

Já em 1974, após o 25 de Abril o bairro é alvo de uma ocupação desorganizada de moradias que haviam sido construídas no início da década de 70 para agregados que vivam em sobrelotação e cujas casas apresentavam níveis de degradação. A ocupação destas casas contou com o apoio dos militares, outra parte destes fogos foram ocupados por familiares dos moradores, e outros que, vivendo fora do bairro, se aproveitaram para nele se instalarem.

Esta situação veio gerar uma quebra de normas que determinou a instabilidade, a insegurança e a perda de identidade do bairro. Neste sentido, sem as instituições de

⁶ http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.com/p/historia-do-bairro_14.html, consultado a 10 de Setembro de 2019:

controlo social a população alterou profundamente as condições urbanísticas que já se encontravam em adiantada fase de degradação essencialmente determinada pela:

“construção de anexos nos logradouros e estreitamento das vias públicas; ausência de obras de beneficiação e conservação que se foram arrastando por longa data; ausência de conservação dos jardins e espaços públicos; aumento do número de pessoas em cada habitação, com a esperança de adquirirem novos fogos com o desdobramento” (Rocha 2015:197)

Em 1987, importa referir a criação do “Programa de Intervenção de Médio Prazo – PIMP”, através do qual a CML pretendia a construção de habitação destinada à erradicação de barracas. Neste sentido, o projeto de realojamento local da zona designada por “bairro velho da Boavista” foi retomado no âmbito deste projeto, prevendo a construção de setecentos e cinquenta e nove fogos.

Este bairro, pela verificação da sobreposição de défices económico, social, ambiental e urbanístico e após consulta pública com caracterização quantitativa, foi classificado, em 2011, como Bairro de Intervenção Prioritária, integrante da Carta dos BIP/ZIP – carta integrante do Plano Director Municipal de Lisboa (QREN/GABIP-Boavista, 2019), estimando-se a sua população, à data dos últimos Censos (2011), em cerca de 4000 habitantes.

O Programa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa foi criado em 2011 pela autarquia como um instrumento de política pública municipal, que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos levados a cabo por juntas de freguesia, associações locais, coletividades e organizações não-governamentais, contribuindo para o reforço da coesão socio-territorial no município.⁷

Uma das questões que se tem verificado sistematicamente, e que é visível no Bairro prende-se com a grave degradação do edificado e do espaço público envolvente, assim como problemas sociais relacionados com uma baixa escolaridade, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, que se reflete em elevadas taxas de desemprego e em falta de qualificação profissional. A esta realidade acrescem ainda a existência de fenómenos como a toxicodependência, a prostituição ou a delinquência (Rocha, 2015). Tal situação “promove o carácter periférico e estigmatizado do Bairro, promovendo

⁷ Informação retirada de http://www.cm-lisboa.pt/no_cache/viver/habitar/melhoria-da-qualidade-de-vida-urbana-e-coesao-social/bip-zip, consultado a 10 de Setembro de 2019.

consecutivamente a exclusão social da população e a falta de competitividade daquele território” (Rocha 2015:204).

O Arq. Rui Franco, coordenador do projeto Boavista Ambiente +, esclarece ⁸alguns dos problemas habitacionais do Bairro, referindo o elevado estado de degradação, problemas de infiltrações e contaminação de amianto, assim como a sobrelotação das casas, com famílias muito grandes a viver em habitações muito pequenas. Acrescenta, no entanto, como fatores a realçar, o elevado sentido de pertença ao bairro e de vizinhança, marcado por laços de entreajuda.

A propósito da implementação do projeto de um Eco-Bairro no Bairro da Boavista, resultados a propósito de um inquérito sobre o Eco-Bairro da Boavista (Rocha, 2015), indicam que, numa amostra de 81 habitantes do Bairro da Boavista, apenas 1 dos inquiridos não tinha conhecimento sobre o projeto do eco-bairro da Boavista. Destes 81 habitantes, inquiridos, apenas 2 discordavam do projeto e 11 não discordavam nem concordavam, dividindo-se os restantes entre o “Concordo” e o “Concordo totalmente” (Rocha, 2015:214)

Ainda neste inquérito, ficou patente que os cinco principais problemas ambientais percecionados se referiam ao lixo existente no bairro, à educação ambiental, às ruas mal pavimentadas, às drogas/álcool e aos espaços verdes, por esta ordem. De realçar também, sobre o mesmo inquérito, que dos 81 inquiridos, 65 manifestou intenção de participar em uma ou várias atividades comunitárias, destacando-se o trabalho comunitário e a manutenção dos espaços públicos. (Rocha, 2015:215)

4.2. O Eco Bairro Boavista Ambiente+

O programa Eco Bairro Boavista Ambiente+, pioneiro em Lisboa, representou uma experiência crucial para futuros desenvolvimentos em termos de reabilitação urbana, sendo o único que foi levado a cabo no âmbito dos “Programas Integrados de Criação de Eco-Bairros” para a Área Metropolitana de Lisboa, no quadro da Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana inserida no QREN – Programa Operacional de Lisboa, após candidatura realizada em Agosto de 2009, e aprovada em Junho de 2010,

⁸ A propósito da entrevista para a presente dissertação, realizada no dia 15 de Julho de 2019

que contou com a parceria da Gebalis, Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa (Rocha, 2014:18)

Durante dois anos a Câmara Municipal de Lisboa trabalhou no projeto Eco-Bairro para o Bairro da Boavista, com vista a implementar no bairro um eco bairro. A candidatura, apresentada pela CML previa uma área de intervenção de 20 hectares, que incluiu o Bairro Novo e o Bairro de Alvenaria (com 7,1 hectares) (QREN/GABIP-Boavista, 2019).

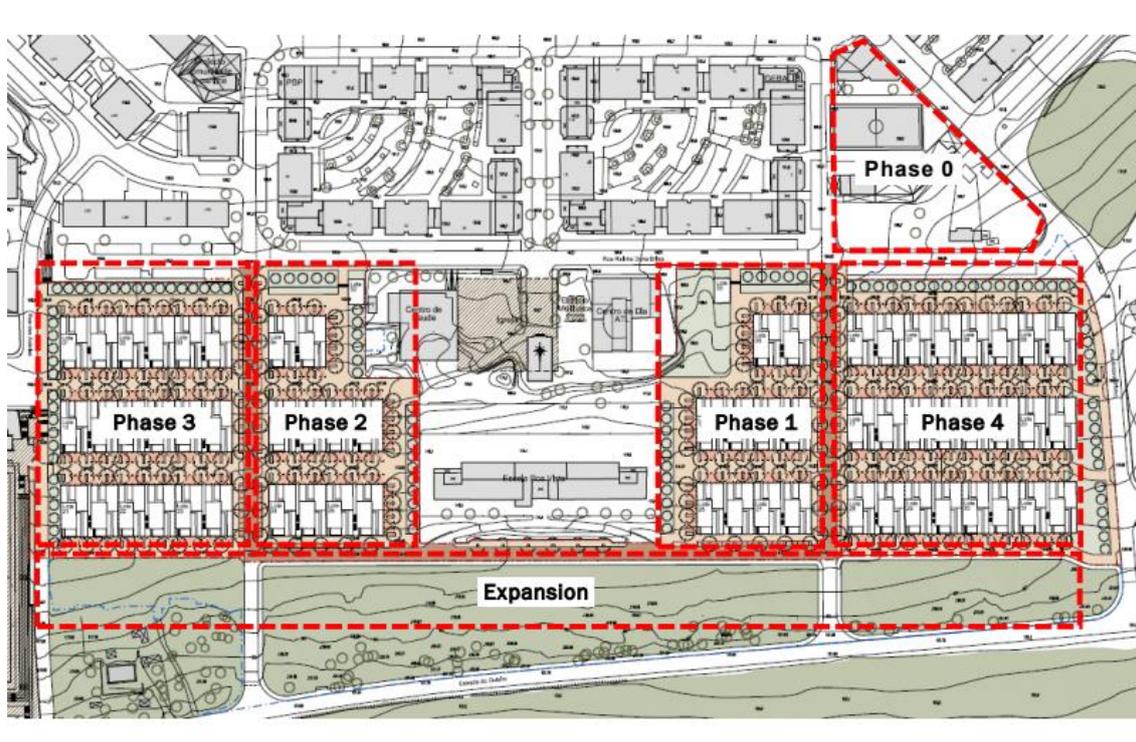


Figura 3 Plano de requalificação do Bairro da Boavista dividido em 4 fases

(Fonte: QREN/GABIP Boavista, 2019)

O programa de ação apresentado visava a qualificação integrada do Bairro, com base numa estratégia de sustentabilidade ambiental e ecoeficiência que permitissem a criação de um Eco-bairro. Tal criação assentava numa reconversão urbanística e ambiental, através da criação e remodelação das infraestruturas existentes e da adoção de novas técnicas de ecoeficiência mas, também de medidas de dinamização económica, social e cultural do Bairro, visando o reforço da coesão e da integração social.

A concretização do programa de ação pretendeu tornar o Bairro da Boavista no primeiro projeto-piloto na área da sustentabilidade ambiental, na Cidade de Lisboa, com

a aplicação das mais recentes e inovadoras técnicas de ecoeficiência, o que permitirá considerá-lo um exemplo a seguir, contrariando o estigma e isolamento social desta população e comunidade, sendo coerente com uma estratégia socialmente empenhada de coesão social.

O Arquiteto responsável pela implementação do projeto explicou algumas das razões que levaram à escolha do Bairro da Boavista para concorrer ao financiamento, referindo a população mais carenciada e menos qualificada e o facto de quererem arriscar tecnologias de ponta onde, segundo o arquiteto, se funcionasse ali, mais facilmente podia funcionar noutros territórios, afirma que esta foi uma opção arriscada mas política, com um grande foco no Desenvolvimento Local.

Foi tido em conta também um critério relacionado com a organização comunitária dos bairros, percebendo-se quão madura estava a organização comunitária para participar de facto na conceção do projeto e quão potencial de crescimento tinha aquela zona para crescimento ao ser investido ali o eco-bairro. Esta questão da maturidade da organização tem particular relevo, na medida em que esta tem um papel importante na dinamização da comunidade, como veremos adiante.

As questões relacionadas com o edificado habitacional tiveram uma enorme importância no bairro e um elevado contributo para o ambiente urbano local, sendo de realçar duas principais questões: 1) mau desempenho energético-ambiental das várias fases mais recentes do Bairro, sendo comum queixas dos habitantes que referiam frio, humidade e inundações e 2) o estado inabitável da zona de Alvenaria. Assim, para a primeira situação foram pensadas soluções arquitetónicas por forma a obter uma melhoria do seu desempenho ambiental e energético com melhoria da habitabilidade e conforto, e, para a segunda foi aberto um concurso público para a seleção do projeto de arquitetura, que deu origem às novas casas ecológicas, que exploraremos adiante (QREN/GABIP-Boavista, 2019).

Em resposta ao mau desempenho energético-ambiental, em parceria com a Agência E-Nova e o LNEC, a solução passou pela aplicação de uma camada externa de isolamento de cortiça com argamassa não cimentícia que, além de solucionar os problemas mencionados, permitiu melhorar a eficiência das fachadas e reduzir futuros custos de manutenção. Uma segunda proposta consistiu na substituição das janelas anteriormente ineficientes por novas janelas eco eficientes com ventilação regulada.

De referir que todo este processo de contratação e seleção de novas tecnologias foi apoiado pelo LNEC, de modo a promover o desenvolvimento e a certificação de tecnologias ecológicas, apoiadas na característica experimental da intervenção, como o objetivo futuro de permitir a sua replicação e exportação (QREN/GABIP-Boavista, 2019).

Importa também realçar um aspeto importante neste processo, que se prende com o facto de terem sido incluídas no caderno de encargos como condições obrigatórias, para além dos custos acessíveis de construção e manutenção e do bom desempenho energético-ambiental, a participação dos moradores em todo o processo.

O Programa Eco-Bairro Boavista Ambiente +, conforme mencionado no Despacho 51/P/2011, teve os seguintes objetivos gerais, que se, estendem desde os domínios da qualificação urbana e ambiental, passando pela dinamização económica, social e cultural do bairro:

- i) Qualificação do ambiente urbano e dos factores determinantes da qualidade de vida da população;
- ii) Reforço da sustentabilidade ambiental através da promoção de eficiência energética dos edifícios e do espaço público;
- iii) Indução de práticas de inovação social e ambiental envolvendo empresas, universidades, centros de investigação, entidades públicas e privadas e a comunidade local;
- iv) Melhores comportamentos dos cidadãos, de uma forma geral, e em termos cívicos, sociais e ambientais, em particular;
- v) Reforço da atratividade do território do Bairro da Boavista.

O conjunto de intervenções pretendeu, acima de tudo, melhorar as condições de vida dos moradores e ser um exemplo para o resto da cidade. De acordo com o Despacho, as intervenções que constavam da candidatura aprovada, que abrangeram a totalidade do bairro contemplavam⁹:

- a) Reabilitação dos edifícios de habitação – revestimento com isolamento ecológico de fachadas e instalação de janelas eficientes;

⁹ Despacho 51/P/2011

- b) Construção de novos equipamentos – Eco-Centro; Eco-hortas; Pista BMX; Edifício Multiusos e apoio para Mercado/Feira;
- c) Instalações de Produção de Energia Renovável – Solar -Térmico, Fotovoltaica e Eólica;
- d) “Net-Verde” – rede WIFI de acesso gratuito à internet em todo o Bairro
- e) “PediBUS” – circuito pedonal acompanhado de crianças;
- f) Atividades recreativas e desportivas para todas as gerações;
- g) Elaboração dos projetos Urbano e de Arquitetura para a “Zona de Alvenaria” – substituição das casas com realojamento no mesmo local das mesmas famílias (1ª Fase: 50 casas)

4.2. Um novo bairro

As intervenções projetadas para o Bairro da Boavista procuraram estruturar a morfologia do tecido urbano, tendo presente a importância de se manter a vivência própria do espaço e preservando a sua diversidade e riqueza cultural, enquadrando-se assim nos pressupostos já definidos na Carta de Leipzig (Rocha, 2015).

Para a compreensão do contexto em que se deu a construção do eco-bairro, importa termos em consideração o Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 (POR), onde as questões relacionadas com a sustentabilidade estão particularmente presentes, reforçando-se a importância da “valorização da dimensão ambiental, onde pesa a transição para uma economia de baixo teor de carbono e a proteção e valorização dos recursos naturais, reforçando a resiliência territorial às alterações climáticas” (POR Lisboa 2014:2)

Paralelamente, tendo em conta o contexto socioeconómico do Bairro da Boavista, o mesmo Programa aponta como outro objetivo o combate à pobreza e à exclusão social: assume particular relevância a regeneração física, económica e social de comunidades e zonas urbanas desfavorecidas, afetadas por fenómenos de exclusão social e de desvitalização e degradação de tecidos urbanos. Revela-se assim a necessidade de desenvolver novas abordagens integradas e ensaiar novas metodologias que ofereçam às comunidades um papel liderante (POR Lisboa 2014:4)

Tendo em conta este contexto, o projeto para substituição das casas de “alvenaria” seguiu os seguintes objetivos (QREN/GABIP-Boavista, 2019):¹⁰

1. Substituição de 510 edifícios de alvenaria degradados e criticamente subdimensionados;
2. Hospedar as mesmas 350 famílias no mesmo local;
3. Manutenção da matriz urbana, traçado da estrada, densidade populacional e envolvimento com a floresta de Monsanto;
4. Evitar custos económicos e sociais do realojamento temporário;
5. Implementar uma metodologia participativa para a definição de áreas urbanas e urbanas projetos arquitetónicos;
6. Desenvolvimento e aplicação dos princípios de eficiência energética e ambiental;
7. Desenvolver e aplicar os princípios da habitação social “Pós PER¹¹”, nomeadamente em respostas a assuntos como:
 - a) controle de custos de exploração e manutenção,
 - b) qualidade e conforto da moradia,
 - c) gestão de partes comunitárias,
 - d) acessibilidade para idosos e deficientes,
 - e) relações de vizinhança,
 - f) integração social e cultural,
 - g) adaptabilidade da casa ao crescimento natural da família.

Assim, no campo da sustentabilidade, de acordo com QREN/GABIP-Boavista, (2019) podem ser destacados cinco pilares essenciais (Económico, Acessibilidade, Energia, Social e Arquitetónico) que estiverem presentes na implementação do projeto, nomeadamente: ¹²

- 1) Económico: uma vez que o projeto se propôs a implantar um conjunto de técnicas de construção de execução prática e rápida, cuja escolha dos materiais levou em consideração os custos de construção e de manutenção;

¹⁰ Informação retirada do relatório de apresentação do projeto pelo GABIP Boavista (2019)

¹¹ O PER (Programa Especial de Realojamento) Decreto-lei nº163/93), tinha como o objetivo realojar a população residente em barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

¹² Informação retirada do relatório de apresentação do projeto pelo GABIP Boavista (2019)

- 2) Acessibilidade, já que o projeto aproveita a topografia existente do local, estabelecendo dois níveis distintos de acesso no nível da rua, o que permite fornecer o acesso sem degraus a 80% das unidades residenciais;
- 3) Energia, pois a disposição e forma fragmentada das unidades residenciais permite múltiplas orientações, obtendo luz natural de todos os quadrantes ao longo do dia, mitigando os níveis de consumo de energia. Esta questão será ainda facilitada pelo uso de painéis solares para aquecimento de água, a par do alto nível de isolamento, que também contribuirá para reduzir o consumo de energia;
- 4) Social; através da existência de vários espaços de convívio que facilitem a interação social e consolidem o senso de comunidade entre os moradores;
- 5) Arquitetónico, pelo facto de a forma fragmentada dos edifícios expressar um equilíbrio entre a individualidade de cada unidade e o coletivo do bairro, integrando-se de forma natural na paisagem.

Tendo em conta estes pilares, destacamos duas inovações ecológicas usadas na construção das casas:

- 1) **Água:** A água da chuva é coletada das superfícies do telhado de cada casa e armazenada em tanques de água individuais localizados dentro de cada lote. Esses elementos de alvenaria são integrados no design de cada unidade e nos limites entre o espaço público da rua e o espaço externo comum dos lotes.
- 2) **Parcelas de cultivo:** Cada unidade residencial tem acesso direto a uma pequena parcela de terra cultivável, sendo que 80% das unidades têm a sua parcela atuando como um jardim da frente. As restantes, que ocupam os volumes mais altos, têm as suas parcelas no telhado plano adjacente das unidades vizinhas dos volumes mais baixos. Esta estratégia promove a usabilidade dos terrenos e contribui para a sustentabilidade urbana e social, permitindo aos habitantes disporem de uma pequena plantação.

Tendo em conta os pilares acima descritos, o Bairro beneficiou da construção de novos equipamentos, sendo de destacar: 1) uma pista de BMX, que tem incorporado um sistema de drenagem, permitindo assim a sua utilização praticamente durante todo o ano; 2) infraestruturas de suporte ao mercado que se realiza durante a semana no Bairro,

permitindo assim melhores condições para a realização deste momento comunitário e característico do bairro; 3) hortas urbanas, cuja gestão entregue foi à Associação de Moradores com estes a entregarem as várias hortas aos hortelões segundo critérios específicos, como por exemplo a distância à porta de casa e o número de pessoas do agregado familiar.

A par destes projetos, o Boavista Ambiente +, à semelhança dos casos internacionais acima apresentados, também se caracterizou por uma forte componente sociocultural, com a disponibilização de várias iniciativas desportivas e culturais, para todas as faixas etárias do bairro, com o intuito de promover e fortalecer o espírito comunitário e de pertença ao bairro.

4.3. A participação local

Conforme fomos referindo ao longo deste capítulo, todo o processo de construção do projeto Eco-Bairro Boavista Ambiente + teve um forte grau de participação dos moradores ao longo de todas as fases do projeto, através da Associação Recreativa de Moradores e Amigos do Bairro da Boavista (ARMAB), sendo de realçar as várias reuniões com os moradores que foram realizadas durante o processo. De modo a garantir a articulação entre os vários intervenientes foi criado o Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Boavista (GABIP-Boavista), com o objetivo de assegurar a coordenação permanente entre os vários setores, nomeadamente, CML, Gebalis, EPAL, Junta de Freguesia de Lisboa e a Associação de Moradores.

O GABIP junta as organizações na construção de políticas *bottom-up*, garantindo a articulação entre a Junta de Freguesia, a Associação de Moradores e uma Comissão Alargada com a presença de todas as entidades promotoras e parceiras do Programa (Despacho 51/P/2011).

Desta forma o Associativismo, é um meio para que os cidadãos possam participar na produção e na gestão dos bens e serviços da sua comunidade, realçando-se, assim, o papel da Associação de Moradores do Bairro da Boavista neste processo.

Verdaguer (2000), por seu lado, defende que quanto mais envolvidos nas tomadas de decisão estiverem aqueles que são afetados por um determinado processo, mais conhecimento acumularão sobre esse processo, logo, mais facilmente se evitarão possíveis conflitos derivados dessas decisões.

Para além disto, o mesmo autor vê na participação, várias vantagens aquando dos processos de construção, criando imprescindíveis processos de “retroalimentação”, isto é, de retorno da informação, ou feedback, aludindo também à importante função de difusão da informação e do conhecimento sobre práticas e processos de sustentabilidade entre as populações, numa clara missão de Educação Ambiental:

en primer lugar, la necesidad de difundir la información y el conocimiento sobre los procesos de sostenibilidad entre la población y los agentes implicados con el fin de facilitar una toma de decisiones fundamentada; la necesidad de buscar el consenso entre intereses contrapuestos; la necesidad de llevar a cabo seguimientos a lo largo del tiempo de las intervenciones realizadas como forma de aprender de las mismas a la vista de los resultados y aplicar las correspondientes correcciones en las siguientes intervenciones, poniendo así en marcha un imprescindible proceso de retroalimentación (Verdaguer 2000:65).

Rocha (2015) reforça este ponto de vista, referindo que a perenidade dos eco-bairros depende do comportamento dos habitantes, pelo que estes deve ser envolvidos através de meios como a comunicação, informação, formação e educação, aconselhamento e acompanhamento, já que viver neste tipo de empreendimento significa comprometer-se a um modo de vida particular, que pode não ir ao encontro de hábitos anteriores.

No geral, sistemas que procurem reunir os contributos de todas as partes envolvidas, numa forma inteligente de planear a cidade, possibilitam um leque muito alargado de vantagens para o bairro, Moura (2010), defende que o curso fundamental na definição de um bairro modelo teria sido certamente muito diferente se não tivesse podido contar com o forte envolvimento dos primeiros residentes, nem com as possibilidades de participação destes nos processos de tomada de decisão.

Todo este processo carece de ser devidamente acompanhado pela Junta de Freguesia e pelos moradores, que são os principais interessados e destinatários das ações a desenvolver. Existem no Bairro estruturas participativas atuantes, de carácter formal ou informal, desde a nova Comissão Instaladora da Associação de Moradores local a outras associações ou entidades com trabalho no Bairro. Importa implicar todas estas entidades no processo de requalificação do Bairro, articuladamente com os diversos agentes da CML e Empresas Municipais (GEBALIS e a EPUL), para além dos restantes promotores e parceiros do Programa (Despacho n.º 50/P/201 – Boletim Municipal de Lisboa).

De forma regular foram também realizados Workshops abertos a todos os habitantes do Bairro da Boavista, com o objetivo de esclarecer todas as questões relativas às obras de melhoria do edificado e de infraestruturas do Bairro.

Alguns exemplos podem ser referenciados, que permitem evidenciar a forma como a comunidade foi envolvida no Programa, não só limitando apenas nos processos de auscultação à população. Abordaremos, de seguida, dois exemplos.

O primeiro foi a integração de grupo de jovens local que ficou responsável pela criação de turbinas eólicas, com o apoio de uma Empresa, que atualmente, competem com as soluções tecnológicas implementadas no Bairro, realçando-se também um maior cuidado por parte da comunidade na preservação das turbinas criadas pelos jovens. De referir que os jovens acabaram por ser contratados pela empresa.

O segundo, foi através da iniciativa COOPETIR. De modo a promover uma maior educação ambiental foi elaborado e distribuído por toda a população do Bairro uma Eco caderneta, um guia prático redigido com os contributos e as experiências especializadas da Gebalis, da EPAL, da Lisboa E-Nova, da EDP, da Galp Energia e da ARMABB para poder servir cada morador como manual de redução dos consumos domésticos, que beneficiavam o ambiente, mas também a poupança familiar.

Paralelamente, foi desenvolvida um concurso entre vizinhos do Bairro da Boavista, com um grupo representativo de famílias do bairro tendo em conta perfil de consumo e tipologia de família num ambiente de cooperação entre os vários participantes tendo por base a poupança de consumos domésticos de Eletricidade, Gás Natural e Água, a COOPETIR.

O objetivo passava pelos participantes encontrarem formas de reduzir os desperdícios energéticos e de água nas suas casas, aplicando medidas de poupança. Quem se inscreveu neste concurso contou com a ajuda de um “monitor” que aconselhava mensalmente na análise das faturas e dava conselhos personalizados para poupar e receber um dos prémios atribuídos aos vencedores.

Estes monitores eram desempregados do Bairro que receberam formação específica e tinham como função serem facilitadores de poupanças. Este concurso permitiu reduzir o consumo doméstico em 30%.

Conforme constatámos da conversa com o Arquiteto responsável pelo projeto no Bairro da Boavista, a construção participada, ainda que tenha levado algum tempo, sobretudo pela construção de relações de confiança necessárias entre todos os

intervenientes, resultou em processos mais sólidos, permitindo perceber e “medir” as reais preocupações dos habitantes, indo ao encontro daquilo que pretendiam.

Por outro lado, esta estratégia de envolvimento da população teve também uma importante função no trabalho de educação ambiental nos habitantes do Bairro, permitindo a aprendizagem e consolidação de práticas sustentáveis.

4.4. Serviço Social no desenvolvimento dos eco-bairros

4.4.1. O contributo do Serviço Social

O conceito e forma de pensar o Desenvolvimento Sustentável permite reconhecer a dependência dos seres humanos relativamente ao ambiente, com o objetivo de atender às necessidades e bem-estar num sentido muito mais amplo do que a exploração de recursos. Neste contexto, percebemos que conceitos como ecologia e economia estão a tornar-se cada vez mais interligados, quer a nível local, regional, nacional e global (WCED, 1987).

Neste sentido Pinto (2014) traz-nos uma ideia complementar e que se articula inteiramente com a noção de globalização, expondo que o conceito de Sustentabilidade deve ser encarado de uma forma global, partindo do “planetário, da biosfera, até aos níveis mais locais, das pequenas povoações e espaços ecológicos muito delimitados” (Pinto 2014:148), referindo que, “pelo meio”, se situam variados e complexos contextos de intervenção e interação.

É nestes contextos que o Serviço Social emerge no seu trabalho de transformação social, intervindo com indivíduos e comunidades cada vez mais tendo por base três dimensões, que vão ao encontro dos princípios do Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente a dimensão social, a dimensão económica e a dimensão ambiental.

Peeters (2012), relacionando o Serviço Social com o Ambiente, aponta que as “preocupações ambientais raramente são vistas como um aspeto intrínseco no âmbito da profissão” (Peeters, 2012:287). Anteriormente, Payne (1994), já havia referido esta questão, alertando que, ao longo do tempo, e para se distinguir de outras disciplinas, o Serviço Social, à semelhança de outras ciências sociais, passou a focar-se no ambiente social, deixando de percecionar na sua intervenção o ambiente biofísico.

Por outro lado, Coates e Gray (2012) dão conta da alteração que se sente neste sentido, referindo que “as realidades ambientais desempenharam um papel significativo levando o Serviço Social a reavaliar as suas fundações modernistas (...) reconhecendo a nossa conexão essencial com toda a natureza” (Coates e Gray, 2012:232; cit.in Pinto 2014:157).

Assim, sendo o assistente social “um profissional cujo objetivo de ação consiste em provocar mudanças sociais, tanto na sociedade em geral, como nas suas formas individuais de desenvolvimento” (Rocha, 2015:10) parece-nos de particular importância o aprofundamento da relação entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Sustentável. Desta forma a ação do Assistente Social torna-se mais abrangente, uma vez que o campo de atuação dos Assistentes Sociais, compreende, necessariamente, preocupações relativas ao Desenvolvimento Sustentável já que as questões ambientais, pela sua amplitude, estão associadas às problemáticas dos direitos humanos, da cidadania, das questões das minorias, do direito à vida e à liberdade e da responsabilidade individual

Segundo a International Federation of Social Workers (2014):

O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social (IFSW, 2014) ¹³

Como forma de intervir, o Serviço Social acredita também na responsabilidade coletiva, de todos os membros da sociedade para garantir a concretização dos seus princípios. Esta responsabilidade passa pelo meio, pelas relações de reciprocidade estabelecidas entre os indivíduos e a própria responsabilidade individual por si, de tal forma que “as pessoas assumem responsabilidade pelo bem-estar do outro,

¹³ Definição retirada de : <https://www.eassw.org/global/definicao-global-da-profissao-de-servico-social/>

compreendendo e respeitando a interdependência entre as pessoas e o seu meio ambiente.” (IFSW, 2014).¹⁴

Intervindo em quadros políticos e institucionais, o Assistente Social tem princípios orientadores relacionados com o respeito pela diversidade, valor e dignidade dos seres humanos e com a defesa dos direitos e justiça social, atuando numa lógica de cooperação (CDAS/APSS, 2018)

De acordo com o seu Código Deontológico, os Assistentes Sociais usam um conjunto de competências específicas, nomeadamente:

- a) Políticas – exercer influência na opinião pública e no sistema político, visando a definição de políticas públicas, consciencializar e mobilizar pessoas e grupos para a defesa dos seus direitos;
 - b) Relacionais – criar relações de respeito, confiança, empatia e cooperação para as mudanças necessárias, incluindo a construção de redes e parcerias;
 - c) Psicossociais – desenvolver processos de ajuda, capacitação e acompanhamento social e suporte sociopedagógico;
 - d) Assistenciais – responder de forma imediata a necessidades básicas das pessoas;
 - e) Técnico-operativas e reflexivas – saber comunicar, mediar, diagnosticar, planear, executar e avaliar no quadro de uma abordagem de base científica, multidisciplinar e interdisciplinar
- (CDAS/APSS, 2018:6)

De acordo com Bowles, et.al (2016), a posição do Serviço Social relativamente às mudanças climáticas pode ser visível tendo em conta os códigos de ética, que orientam a atuação destes profissionais:

An important indicator of social work’s position in relation to climate change is in the expression of values and principles held within professional codes of ethics, documents which also address the purpose and scope of the profession (Bowles, et.al, 2016:504)

Assim, partindo do Código Deontológico dos Assistentes Sociais, percebemos que um dos princípios éticos do Serviço Social é a Sustentabilidade do Ambiente e da comunidade. Este princípio pressupõe:

¹⁴ Idem

- a) Entender a sustentabilidade como um conceito holístico que interrelaciona dimensões ambientais, sociais e económicas;
- b) Contextualizar histórica e culturalmente as expectativas e aspirações das pessoas e das comunidades como base para a promoção da sustentabilidade;
- c) Defender uma visão global e reconhecer a dependência mútua dos seres humanos, numa visão positiva e de interação destes com o mundo;
- d) Contribuir para uma cultura de cooperação, fomentando economias de partilha, projetos colaborativos e formas inovadoras de intervir.

(CDAS, 2018:12)

Percebemos assim que o Serviço Social, enquanto profissão de defesa de direitos humanos, deve ser capaz de se recriar e desenvolver, como nos diz Marques (2016), uma “agenda proactiva de inovação social que permita incorporar as preocupações ambientais como parte do seu contributo para a justiça económica e social, colaborando no desenvolvimento local ao serviço do bem-estar das populações” (Marques, 2016:134), em específico das mais desfavorecidas, uma vez que, como aponta Motta (2002; cit. In Rocha 2015:68), os pobres, “como têm menos meios para arcar com gastos defensivos contra a poluição, tendem, então, a sofrer mais com os seus efeitos”. Seguindo esta linha, o mesmo autor descreve também que níveis de rendimento mais altos podem dar margem a padrões de consumo ambientalmente mais limpos, o que leva também à importância do Serviço Social numa ótica de Educação Ambiental, adiante.

Para que esta intervenção seja possível, importa abordarmos o conceito de *empowerment*. Sobre este conceito, Estes (1993) defende que o *empowerment* tem um papel importante através da consciencialização e capacitação dos indivíduos e grupos para “entenderem as contradições e desafios das estruturas e práticas sociais, agindo para as transformar” Estes (1993:13).

Já Pinto (1998), considera este um “processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sociocultural, político e económico – que permite aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (Pinto, 1998:247).

Por seu lado Lee (2001) reforça a importância deste acréscimo de poder junto das comunidades, relacionando os objetivos do empowerment com os do desenvolvimento humano sustentável, uma vez que:

The goals of empowerment coincide with the goals of sustainable human development in that a higher quality of life for all people means that people will attain increased power (Lee, 2011:400)

Peeters ilustra muito bem esta relação do empowerment na intervenção do Serviço Social orientada pelo Desenvolvimento Sustentável, aludindo à construção e fortalecimento do capital social como garante de uma melhor consciencialização coletiva (Peeters, 2011).

Pinto (2014), defende que a incorporação do Desenvolvimento Sustentável na prática do Serviço Social, permite que este tome uma posição crítica na sociedade, através de um olhar crítico e empenhado nos problemas sociais, passando para uma verdadeira profissão de mudança e de quebra do *status-quo*.

Pinto (2014) destaca assim três níveis para a prática do Desenvolvimento Sustentável no Serviço Social, nomeadamente o nível individual, o nível meso e o nível macro. No nível individual, a intervenção do Serviço Social é feita essencialmente no âmbito do diagnóstico:

integrando a abordagem dos problemas ambientais na compreensão dos problemas dos indivíduos e famílias, a promoção de mudanças de comportamentos como parte da intervenção, e a sensibilização e consciencialização para a sustentabilidade (Pinto 2014:159).

Já no nível meso, destaca-se a intervenção nas organizações (nomeadamente através de processos de responsabilidade social corporativa) e o trabalho comunitário. No nível macro, salienta-se a intervenção de *advocacy*, assim como a influência do processo político.

Libardoni (2000) defende que *advocacy* tem um significado amplo:

denotando iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade. Libardoni (2000:18)

Para Wronka (2008) os assistentes sociais fazem a advocacia da mudança e todos os aspectos da justiça social incluem as preocupações com o meio ambiente nos quais os grupos e as comunidades existem. De um modo geral, quando se fala em advocacy, fala-se sobre influenciar o poder em questões e problemas que concernem aos cidadãos, sobretudo àqueles marginalizados e excluídos dos processos políticos. Desta forma promove-se o fortalecimento da sociedade civil e a responsabilização de agentes institucionais (Wronka, 2008).

Rocha (2015), propõe a construção de um modelo eco-social para o Serviço Social (Fig.4), que conduza à sustentabilidade ecológica das comunidades vulneráveis, e que surge pela urgência “de caminharmos na direção de uma sociedade equilibrada no que diz respeito aos fatores ambientais, económicos e sociais, que aprofunde o resgate de valores e estimule a sociedade a pensar numa nova visão de mundo” (Rocha, 2015:319)

Assim, este modelo, que tem como base a perspectiva ecológica, permitindo um olhar holístico dos fenómenos que ocorrem a vários níveis da sociedade, considerando que os fatores ambientais têm influência em vários níveis (família, escola, comunidade...), que moldam o comportamento individual (Rocha 2015).

Este modelo permite ao assistente social a promoção da transformação e mudança social (respeitando os ritmos das comunidades), procurando dar respostas aos desafios das comunidades socialmente vulneráveis dentro da complexidade de um mundo globalizado, visando o *empowerment* destas comunidades, através de uma intervenção participada e em rede (Rocha, 2015).

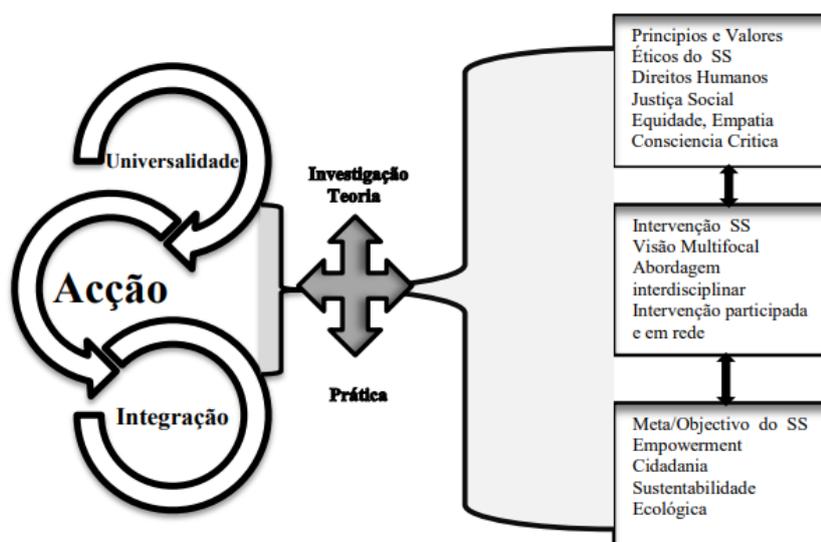


Figura 4. Modelo Eco-Social para o Serviço Social (Rocha:2015:328)

O modelo eco-social assenta no conceito-chave da inter-relação, na medida em que cada sistema opera interligado com as funções de um outro sistema, de forma sucessiva. Tal modelo baseia-se em três conceitos:

O conceito de Universalidade operacionaliza-se nos Princípios e Valores Éticos que norteiam a atuação do Serviço Social, como sejam os Direitos Humanos, a Justiça Social ou a Equidade e que devem ser aplicados na Ação, em todo o seu sentido.

O conceito Ação operacionaliza-se na intervenção do Assistente Social na sua prática, de acordo com o diagnóstico de necessidades de cada comunidade e fazendo uso de uma visão multifocal, abordagem interdisciplinar e intervenção participada e em rede.

Por fim, o conceito de Integração, que é o foco da Ação, passa pelo *empowerment* dos indivíduos, que os conduz à sua cidadania, e por conseguinte, à sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis (texto adaptado de Rocha 2015:327).

Percebemos assim que este modelo defende uma intervenção interdisciplinar, que tem a possibilidade de unir vários campos e, assim, a capacidade de ter uma intervenção mais integrada, indo ao encontro das várias necessidades da comunidade.

Um dos desafios deste modelo passa, no entanto, pela importância da intervenção social a longo prazo, do estabelecimento de metas e objetivos estruturados ao longo do tempo, que permitam o real envolvimento das comunidades.

De uma forma geral, Rocha (2015) resume a pertinência da atuação do Assistente Social num eco-bairro:

o assistente social pode ser facilitador entre os diferentes intervenientes no terreno; valorizá-los e aos seus contributos, assumindo-os como protagonistas dos processos; ter empatia e criar espaços de comunicação com uma linguagem comum que gere cumplicidade; criar dinâmicas e ações que gerem autonomia e responsabilidade, autoconhecimento, consciencialização dos problemas e impulsionem para a ação comum (Rocha 2015:237).

Por seu lado, Peeters (2011) refere que o Serviço Social pode contribuir para o Desenvolvimento Sustentável através da construção de capital social, acentuando, para tal a necessária cooperação com outros profissionais:

Framing the problems that social workers deal with as social-ecological issues may cause us to adjust the current objectives and working methods of social work. As an initial approach, we propose that social work can contribute to sustainable development by building social capital by focusing on empowerment in cooperation with other social actors (Peeters, 2011:10)

Como nota adicional, importa, também, referir que o Serviço Social, sendo uma profissão que atua na defesa dos Direitos Humanos pode ter uma grande influência nas áreas de atuação identificadas no âmbito da Declaração do Rio +20, de que é exemplo a “erradicação da pobreza”, a “Saúde e população” ou a “Promoção do emprego e trabalho pleno, produtivo, digno e para todos”.

4.4.2 Educação ambiental

Os temas da sustentabilidade levantam também outra questão, relacionada com a importância de estratégias de educação ambiental, que permitam a formação de indivíduos mais conscientes e sustentáveis, que possam adquirir e replicar boas práticas de sustentabilidades, isto porque para que se construa um Desenvolvimento Sustentável, importa ter uma educação para o Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a UN Environment, a Educação Ambiental é essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista a promoção de uma sociedade mais sustentável e capaz de se adaptar às inevitáveis mudanças ambientais, referindo, para tal, não só o papel da Educação formal, como também o impacto da Educação informal e não formal (UN Environment, 2019):

Significant progress has been made around the world in implementing education for sustainable development in all educational sectors. However, scaling it up is essential so that it can be included as a core element of education system structures globally (...) Education for sustainable development can be scaled up by informal and non-formal education, including by the media. Community engagement and local (place-based) learning also have an important role to play (UN Environment, 2019:14).

Acreditamos assim que este é um dos caminhos que começa a ser aprofundado mas com muitas potencialidades, tratando-se as escolas de um importante meio, onde os temas da sustentabilidade começam agora a estar mais presentes nos currículos escolares, sendo necessário que, desde os primeiros anos de escolaridade, as crianças possam ter contacto com boas práticas de sustentabilidade, sendo destacar a aprovação, em 2017, da Estratégia Nacional de Educação Ambiental para o período 2017-2020¹⁵. Também neste ponto o Serviço Social tem um importante contributo, na relação de proximidade que estabelece com as comunidades.

O projeto COOPETIR, do qual falámos anteriormente, é um dos exemplos de educação ambiental levado a cabo no Bairro da Boavista, que permitiu aos moradores assimilarem e porem em prática ações mais sustentáveis.

Nesta ótica, importa que se promova uma educação onde se apreendam processos e formas de estar que possibilitem o respeito pelo meio ambiente, face a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente (Freire, 2001).

Deste modo, a educação ambiental tem o poder de promover e incentivar transformações de comportamento que venham a gerar um futuro mais sustentável em termos de integridade ambiental e de uma sociedade mais justa para as gerações presentes e futuras (Schorr, et.al 2015).

De acordo com a Direção Geral da Educação, objetivo da Educação Ambiental para a Sustentabilidade “consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os jovens para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais”¹⁶. Assim, o objetivo passa por permitir que os alunos usem o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para que possam ter uma participação ativa na tomada de decisões fundamentadas, face aos efeitos das atividades humanas sobre o ambiente.

Nas práticas de Educação Ambiental importa ainda referir o surgimento de conceitos como o de Ecopedagogia, que, enquanto movimento social e político surge no seio da sociedade civil, nas organizações, tanto de educadores quanto de ecologistas e de

¹⁵ A Estratégia Nacional de Educação Ambiental pretende estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal, através de uma cidadania inclusiva e visionária que conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.

¹⁶ Retirado de <http://www.dge.mec.pt/sustentabilidade-para-educacao-ambiental> (consultado a 8 de Setembro de 2019)

trabalhadores e empresários, preocupados com o meio ambiente, que vêm no Desenvolvimento Sustentável, uma forte componente educativa, que defende que a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação (Gadotti, 2001).

A ecopedagogia não se centra apenas na preocupação com a preservação da natureza, ou no impacto que as sociedades humanas têm sobre esta,

mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico que implica uma mudança nas estruturas económicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portando, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje (Gadotti, 2001:94).

Carmo (2014), enfatiza o papel do Serviço Social no âmbito da Educação Ambiental considerando que, atualmente, é exigido um conjunto de competências para que os Assistentes Sociais sejam um instrumento de Desenvolvimento Sustentável, através da Educação para a Cidadania, nomeadamente para:

1) Desenvolver a inteligência emocional, social e existencial, com vista a melhorar as competências comunicacionais e cooperativas dos sistemas-cientes de forma reflexiva e assertiva; 2) Desenvolver competências económicas e políticas, com o objetivo de fomentar o aumento da coesão social e o aumento das competências de orientação coletiva, 3) Promover programas de educação para a cidadania, nomeadamente nos seguintes domínios: autonomia, solidariedade, diversidade e democracia (Carmo, 2014:124-125).

Por seu lado, Dominelli (2013), realça que os Assistentes Sociais podem ser “facilitadores” de processos de Educação Ambiental, junto das comunidades onde desenvolvem o seu trabalho:

Social workers can also act as translators that explain mathematical models to people in ordinary, non-jargonistic language that they can understand. Investing in people through educational provisions is an important dimension in preparing for disasters. It also indicates points at which ensuring environmental justice coincides with securing social justice. Having an aware, well-educated populace is integral to achieving this outcome. Dominelli (2013:13).

Consideramos, assim que, um dos focos no desenvolvimento de projetos sustentáveis, como são os eco-bairros, deve passar por processos de educação ambiental, nos quais as comunidades são envolvidas, de modo a que haja uma integração natural de

comportamentos sustentáveis, tendo presente o princípio da simbiocidade, acima explorado.

4.5. Análise das entrevistas efetuadas no Bairro da Boavista

Na análise das entrevistas, usámos duas categorias principais, dividindo entre a implementação do Eco-bairro e, desse modo, todos os aspetos inerentes aos impactos que este novo projeto trouxe ao nível da sustentabilidade e qualidade de vida dos habitantes, e entre intervenção no Eco-bairro, destacando assim a participação local no processo de construção e o papel das parcerias locais, bem como o contributo do Serviço Social.

Tivemos também como referência os pressupostos contidos na Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (ECS2020), uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável de Portugal, para o período 2014-2020.

A. Implementação do Projeto Eco-Bairro

1. Enquadramento e contexto do Projeto

Conforme mencionado anteriormente, a construção do Eco-Bairro teve como génese a candidatura a um financiamento no âmbito do QREN. Este financiamento prende-se com o realojamento em habitação social, conjugando, neste caso a necessidade de reabilitação dos bairros com as questões ambientais (Rocha, 2015).

Houve várias razões que levaram à escolha do Bairro da Boavista para, através do Município de Lisboa concorrer ao financiamento, tendo havido a preocupação de se conjugar indicadores sociais, económicos, urbanísticos e ambientais, proporcionando habitações de qualidade com altos padrões de eficiência energética num bairro socialmente vulnerável. Conforme constatámos este já era um projeto há muito desejado pelos moradores, que ansiavam melhorias no alojamento.

os fatores socioeconómicos estiverem presentes, evidenciando-se no Bairro da Boavista, uma população mais carenciada e menos qualificada. Nós trabalhámos sobre quatro indicadores, nomeadamente indicadores sociais, económicos, urbanísticos e ambientais e criámos aquilo que nós chamamos num tratamento geo-referenciado (Ent.1)

paralelamente, quisemos arriscar tecnologias de ponta com este projeto, sabendo que, caso estas tecnologias resultassem ali, naquele contexto, mais facilmente podia funcionar noutros territórios (...) foi uma opção arriscada mas política, com um grande foco no Desenvolvimento Local (Ent.1)

O eco-bairro já devia ter começado há muito mais tempo, porque a Câmara Municipal de Lisboa esteve mais de 20 anos sem investir no bairro. Investiram a fazer as obras na piscina e no pavilhão e agora o atual Executivo está finalmente a dar continuidade com a parte da habitação (Ent. 3)

Na altura, para as pessoas que viviam, e ainda vivem, nas Alvenarias, eram construções com materiais poluentes, que levantavam muitas questões de higiene e salubridade das próprias casas. A perspectiva de se poder construir um bairro que respeitasse as questões ambientais, que providenciasse inovações, não só a nível da construção, os materiais usados, como depois ao nível da manutenção, nomeadamente no que diz respeito às questões energéticas, para nós foi muito importante (Ent. 9)

Atualmente, a 1ª fase do eco-bairro encontra-se concluída, com a entrega das primeiras 50 casas às famílias, estando prestes a iniciar-se a 2ª fase, que prevê também o alargamento e melhoria das infraestruturas da Escola.

A maior parte das pessoas que lá vivem são pessoas acima dos 60, 70 anos, que viveram a vida inteira lá nas Alvenarias e, portanto, com muita resistência à mudança, apesar de irem para casas melhores, havia sempre aquele sentimento de perda que não queriam largar as suas casas (Ent. 9)

A primeira fase está concluída (...) Estamos à espera da 2ª fase para dar continuidade, que deverá começar em Janeiro. Esperemos muito bem que seja construída o resto da habitação para que o que sobra da alvenaria seja destruída (Ent.2)

Percebemos assim que o projeto Eco-Bairro da Boavista está em linha com as preocupações contidas na Carta de Leipzig, no que diz respeito às políticas de habitação social, melhorando as condições físicas e de eficiência energética de habitações sociais, contribuindo desta forma para a sustentabilidade social do bairro.

2. Impacto na Sustentabilidade do Bairro

A Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 refere como um dos objetivos que as cidades assumam o seu papel central no compromisso nacional com o paradigma emergente de ecoeficiência e de redução da sua pegada ecológica e carbónica. Neste aspeto foi nosso objetivo perceber quais os impactos ao nível da sustentabilidade que a construção do eco-bairro permitiu, ao nível das seguintes prioridades referidas na ECS2020: água, saneamento, energia, resíduos e mobilidade.

A maioria dos moradores entrevistados referiu como uma das grandes mais valias das casas o uso de energias renováveis o modo como as casas estão construídas, potenciando um maior aproveitamento dos recursos endógenos, ao mesmo tempo que sentem um maior alívio financeiro nas faturas da energia.

Estamos a falar, quer da habitação nova, quer da reabilitada, quer da alteração dos comportamentos das famílias, trazer esta comunidade para padrões de referência, que são hoje mais interessantes até do ponto de vista da sua eficiência energética e ambiental do que outros bairros, ditos caros, da cidade de Lisboa (Ent. 1)

É mais económico, nós gastamos menos luz. No geral, estamos a gastar menos (Ent..5)

Sentimos que estamos a pagar menos, também porque as casas têm muito sol, até que ligamos as luzes mais tarde do que era normal. Chega a ser agora no Verão nove horas da noite e eu ainda nem liguei luzes. (Ent. 8)

Há que dizer que esta não é uma casa de habitação social como costumamos ver. Aqui até tenho uma hortinha, onde planto tomatinhos (Ent. 6)

Uma das questões levantadas pelos moradores prende-se com um problema com os resíduos e a necessidade de mais caixotes do lixo no bairro, inclusive soluções que favoreçam a reciclagem, uma vez que sentem que muito do lixo que existe na via pública também se deve à falta de espaços próprios para o lixo. Neste sentido também foi relatado um certo descuido da parte do poder local no que diz respeito à limpeza do bairro e à resolução do problema dos caixotes do lixo.

Há mais espaços verdes, mas sobre a limpeza a nossa rua é muito limpinha, mas porque os moradores que aqui vivem são muito cuidadosos, e somos nós também que tiramos as ervas e cuidamos do espaço (Ent. 6)

As pessoas estão mais atentas, mas a nível de limpeza, é verdade que a Junta tem descuidado nos últimos tempos a limpeza deste bairro. Mas também é um facto que há 2 anos que este bairro não é lavado. Que a junta se esqueceu que este bairro era lavado de 3 em 3 meses (Ent. 2)

A limpeza ultimamente andava um bocadinho assim esquecida, mas pronto, acho que temos andado em cima e reportado os casos e agora parece que a coisa está melhor, pelo menos agora está-se a ver uma melhoriuzinha, mas precisávamos da parte da Câmara de uma solução para estes caixotes do lixo. Já andámos e fizemos Assembleias de Moradores, já

nos vieram ver, o vereador prometeu há dois anos e os caixotes ainda não foram mudados, fica ali o lixo 3 ou 4 dias (Ent. 3)

No que concerne à mobilidade, uma das questões levantadas pelos entrevistados diz respeito há necessidade de haver um reforço na rede de transportes públicos, que permita também facilitar o acesso dos moradores à sede de freguesia, e incentive o uso de transporte públicos, à semelhança do que vimos, por exemplo, nos casos internacionais, anteriormente mencionados.

Sabe que nós somos o bairro que está mais distante da sede de freguesia. Nós estamos aqui, a bem dizer, isolados. Nós estamos muito mais longe da freguesia. É por causa disso que ainda não se conseguiu fazer nada. Transportes são poucos, e há muitos anos que são assim”. (Ent. 2)

A questão da acessibilidade continua a ser uma questão muito complexa. Nós temos efetivamente uma linha de comboio que divide a freguesia, e eles acabam por estar muito isolados ali. É uma população que está entre o Monsanto e a linha de comboio e, portanto, os acessos não são realmente tão fáceis (Ent. 9)

Analisando as entrevistas, percebemos que as introduções de novas práticas ecológicas têm vindo a ser integradas pelos moradores no seu quotidiano, em parte resultado de processos de educação ambiental, tendo quase todos destacado a redução da fatura energética como uma das grandes mais valias da construção de casas ecológicas.

Mudar mentalidades é muito complexo e, infelizmente, se formos ao bairro acabamos por perceber que as pessoas acabam por transportar comportamentos que tinham antes. Por exemplo, grande parte das casas tinha grandes quintais, e o lixo era deitado literalmente para os quintais, não havia preocupações com a área da reciclagem e as casas estão dotadas de estruturas neste momento que lhes permitem fazer a separação. Mas as pessoas continuam com algumas resistências mesmo tendo havido várias ações, por exemplo, um kit que entregámos a cada casa (Ent. 9)

Este testemunho permite-nos focar as questões relacionadas com a limpeza do espaço público, que consideramos necessitar de mais atenção, havendo carência de uma maior consciencialização coletiva para a necessidade de se manter limpas as zonas comuns e espaços verdes do bairro. Assim, no seio a responsabilidade individual deve também estar uma preocupação coletiva, que cada morador deve ter na preservação do meio que habitam.

3. Impacto na qualidade de vida dos moradores

A construção do eco-bairro apresentava um desafio acrescido, na medida em que seriam ali testadas e implementadas novas tecnologias sustentáveis, que impactariam diretamente a qualidade de vida dos habitantes. No que diz respeito à qualidade de vida dos moradores, a ECS 2020 apresenta como objetivo, no Eixo “Cidades + inclusivas” que as

idades possam responder, de modo mais eficiente, aos novos desafios da procura urbana por serviços de interesse geral, assegurando as condições objetivas e adequadas para o exercício dos direitos e oportunidades de acesso à habitação, educação, saúde, segurança e justiça, numa base de diversidade e diferenciação (ECS2020, 2015: 28)

Após as entrevistas aos moradores, podemos considerar que é unânime, para os entrevistados que o projeto do eco-bairro trouxe um impacto positivo nas suas vidas e que estão satisfeitos com as novas casas, permitindo terem acesso a uma habitação condigna a baixo valor.

O dinheiro disponível foi procurado para melhorar todas as casas e não investir apenas em determinadas habitações. Aliás, aquando das sessões de auscultação à população, foi essa uma das exigências das pessoas, que todas as famílias fossem beneficiadas (...) outra das inovações, importantes na qualidade de vida dos moradores, é o facto de as casas acompanharem o crescimento da família, por exemplo, os quartos estão preparados para, com uma estrutura a meio, aparecer mais um quarto, transformando um T2 num T3 (Ent.1)

As pessoas que mudaram para as casas novas têm completamente outra qualidade de vida, que não tinham naquelas casas, que além de serem muito velhas, não tinham comodidades nenhuma (Ent. 2)

Gosto de morar aqui, há coisas boas e coisas más, como em todo o lado. Mas as casas têm boas condições e são agradáveis e consigo poupar alguma coisita na fatura da energia (Ent. 4)

Sinto uma melhoria ao ter vindo para aqui. A nível da casa estou satisfeita (...) tenho humidade, mas de resto, mesmo na adaptação aos novos sistemas da energia, não tenho nada a apontar (Ent.6)

No que respeita aos serviços quase todos referiram a obra da ampliação da Escola, prevista na 2ª fase do projeto, que irá arrancar em Janeiro de 2020, demonstrando este ser

um serviço que os moradores valorizam bastante para o desenvolvimento do bairro, permitindo melhores condições para as crianças estudarem.

Aquela escola, que é a escola primária aqui do bairro, não tem condições para as crianças e há a promessa que em Janeiro as crianças, quando regressarem de férias já não regressam à escola, mas ficam nuns contentores para começar a demolir a escola e fazer uma, secalhar uma das melhores escolas do país (Ent. 2)

Temos um problema aqui no bairro, que gostávamos de resolver, que é a saúde, e que nos dá muitas dores de cabeça. O Centro de Saúde com umas belas condições, mas 1 médica que só dá 3 ou 4 consultas por dia, e temos de ir às 7h da manhã para apanhar vaga. Ainda mais quando agora a Santa Casa também fecha há uma da tarde. Isso preocupa-nos um bocadinho, essa questão da saúde (Ent. 3)

Tem sido, a nível da Autarquia, uma das nossas grandes lutas. Aquele Centro de Saúde foi concebido para ter alguns médicos a tempo inteiro (...) Neste momento a Unidade de Saúde Familiar que lá labora tem apenas o Centro de Enfermagem comunitário, que tem o seu grau de importância, mas na verdade as pessoas viram as suas perspetivas goradas e ficaram sem médico de família e o Centro de Saúde funciona como um Centro de enfermagem e as pessoas ficam zangadas com isso porque existem ali necessidades com pessoas muito debilitadas (Ent.9)

Conforme percebemos, uma das preocupações que continua a persistir no bairro prende-se com o acesso à saúde, pelo facto de, com uma população envelhecida, ainda que o Bairro tenha beneficiado de um Centro de Saúde renovado, a assistência médica ser bastante reduzida. Os eco-bairros aliam uma preocupação com a construção dos edifícios a um conjunto de benefícios que promovam a qualidade de vida dos habitantes, sendo, neste caso o acesso à Saúde um aspeto vital e central, como vimos também nos exemplos de casos internacionais anteriormente apresentados, havendo, assim a necessidade de recursos humanos na área da saúde, que sejam capazes de responder às necessidades das populações.

B. Intervenção no projeto Eco-Bairro

1. Papel das parcerias locais na intervenção Social

O papel das parcerias locais no processo de construção do eco-bairro foi um dos temas que esteve sempre presente ao longo desta dissertação, havendo uma preocupação em

percebermos como funcionou e continuam a funcionar, na prática, o diálogo e a ligação entre os diferentes atores envolvidos.

Na Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, a questão das parcerias locais é vista como estratégica para a implementação de projetos na sustentabilidade urbana, promovendo-se:

Cidades abertas ao envolvimento ativo dos seus cidadãos e instituições na inovação, desenho e implementação de instrumentos e iniciativas de sustentabilidade urbana, fomentando uma governação transparente, participada e centrada na qualidade de vida dos cidadãos (ECS 2020, 2015:26)

Conforme percebemos das entrevistas que levámos a cabo, aquando da seleção do Bairro que viria a ser beneficiado pelo Projeto, foi tido em conta também um critério relacionado com a organização comunitária dos bairros, percebendo-se a existência, ou não, de organizações locais maduras e desenvolvidas.

Tentámos perceber o quão madura estava a organização comunitária para participar, de facto, na conceção do projeto, mas também no acompanhamento posterior. A construção participada deste projeto, ainda que tenha por base uma metodologia mais demorada no tempo, porque depende da disponibilidade e conjugação com outros parceiros, resultou em processos mais sólidos, permitindo conciliar a perspetiva subjetiva das pessoas de facto e a perspetiva estatística. Isto é, o que dizem vs o que os estudos demonstram (Ent.1)

Por outro lado, importa dizer isto, que a construção de confiança entre as organizações e os moradores, leva também mais tempo, e portanto temos de planear e estar dispostos a fazer esse investimento de tempo (Ent. 1)

O poder local conhece bem o Bairro da Boavista e os problemas dos moradores. Aí têm feito um esforço enorme na solução de alguns problemas, nomeadamente a habitação, casas que estavam a cair e a Junta e a Gebalis têm feito um trabalho aceitável (Ent. 2)

O GABIP é o Gabinete que faz o seguimento das situações que ao Bairro concernem. Nós pudemos estar na fase de planeamento das casas, portanto fomos consultados ao nível da arquitetura e demos o nosso parecer, e aí os nossos arquitetos também deram sugestões para melhorias das casas que estavam a ser projetadas. Mas depois também todo o procedimento que esteve relacionado com as pessoas para a mudança de casa. Mas depois também todo o procedimento que esteve relacionado com a mudança das pessoas para as novas casas (Ent. 9).

Neste aspeto tivemos particular atenção no papel da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, que serviu de intermediária entre os moradores e as entidades públicas, muitas vezes num papel de mediação e informação sobre o projeto.

Esta nova fase não tem havido um envolvimento com tanta frequência da Associação de Moradores, porque as pessoas já estavam informadas daquilo que ia acontecer. Mas as pessoas já foram chamadas à Gebalis, já foram ouvidas, em GABIP (Ent. 2)

O papel da Associação é esclarecer as pessoas, andar em cima da Câmara para não deixar adormecer aquilo que foi prometido e fazer as ligações com quem pode aproveitar melhor a nossa voz. Não podemos deixar morrer uma coisa que já devolveu vida ao Bairro (Ent. 3)

Fui falar com a Doutora e fiz um papel derivado à situação da minha sogra, que tem dificuldades de mobilidade e, portanto, precisava de alguns cuidados extra e encaminharam-me para os serviços da Gebalis, e aí foram cinco estrelas (Ent.6)

Relativamente às parcerias locais, percebemos, no decorrer das entrevistas, que é valorizado o trabalho em parceria, havendo um ênfase no importante papel do GABIP, enquanto congregador das diferentes perspetivas e poderes existentes no terreno, assim como um meio de auscultação das diferentes partes envolvidas.

Conforme já havia sido referindo por Rocha (2015), existe uma preocupação no futuro das parcerias estabelecidas, temendo que não sejam concluídos ou não haja continuidade de componentes do projeto. Neste aspeto é importante, no trabalho com as comunidades, que sejam planeados projetos com estratégias a longo prazo.

2. Participação Local

No que diz respeito à participação local, e como tivemos oportunidade de constatar anteriormente, houve sempre uma preocupação em envolver a população local e os futuros moradores das novas casas, sendo que uma grande parte da participação dos moradores foi feita através da Associação de Moradores.

Neste aspeto importa realçar a distinção entre a participação de um ou mais representantes da comunidade nos processos de decisão, e a participação comunitária propriamente dita. De acordo com Moreira (2009):

ao primeiro caso denominamos “representatividade”, porque as pessoas escolhidas (pela comunidade ou pelos promotores do projeto) para participar nos processos decisivos das intervenções, fazem-no em representação dos interesses da comunidade, ou seja são os seus porta-vozes. Ao segundo caso – o da participação comunitária – realizada normalmente em termos de auscultação, realização de workshops, inquéritos, etc, denominamos de «participação» (Moreira, 2009:73)

Também na Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, a participação local é evidenciada, traduzindo-se no objetivo de criar cidades:

Comprometidas com processos de participação e envolvimento ativo dos cidadãos e das comunidades, onde todos os indivíduos e grupos de interesse são reconhecidos e integrados na formulação dos problemas e na apropriação da responsabilidade pelas soluções (ECS 2020, 2015:28)

Alguns dos momentos fortes de participação dizem respeito a momentos de auscultação, como as Assembleias de Moradores, e ao Concurso COOPETIR, intercalado com Workshops e momentos de aprendizagem.

Todas as medidas previstas no projeto foram acompanhadas por campanhas e instrumentos de sensibilização, que tinham o objetivo de envolver a população local e, fundamentalmente de levar a que eles adotassem comportamentos ambientalmente sustentáveis (Ent.1)

O que fizemos, em parceria com os técnicos da Gebalis foi sensibilizar as pessoas em muitas sessões. Nós tivemos sessões para todos os moradores e tivemos sessões individuais, com cada uma das casas, onde nós podemos sensibilizar as pessoas para a importância não só de melhorarem as suas condições de vida, mas também para o facto de irem ficar em casas com outras condições, que iriam respeitar de melhor forma as questões ambientais (Ent. 9)

Das entrevistas que realizámos, ainda que os moradores tenham tido conhecimento destes momentos de participação, a maior parte não participou, realçando, no entanto, a pertinência destes momentos e o papel desempenhado pela Associação.

Soube que houve várias reuniões e assembleias, para as pessoas poderem dizer o que achavam e falar dos problemas, mas por acaso nunca tive oportunidade de ir a nenhuma. Mas falei várias vezes com elementos da Associação (Ent.4)

Acho que houve uma atenção na participação e envolvimento dos moradores, e interesse em ouvirem o que tínhamos a dizer (Ent. 8)

Foi ali no pavilhão desportivo e até estava alguma gente. Mas só participei na primeira (assembleia de moradores). Achei que não se chegava a nenhuma conclusão (Ent. 7)

Houve um esforço para haver um bom envolvimento dos moradores. Nós (da Associação de Moradores) acompanhámos os moradores, andámos com eles, e as pessoas aceitaram muito bem o projeto (Ent. 3).

3. Contribuição do Serviço Social

No que diz respeito à contribuição do Serviço Social, consideramos que o Assistente Social, integrado em equipas multidisciplinares, tem um papel importante na relação com a Sustentabilidade, nomeadamente intervindo, através das suas competências, na adaptação a contextos de maior variabilidade e imprevisibilidade, como o são as questões ambientais.

Os entrevistados reconhecem a importância do Serviço Social, sentindo uma necessidade de uma maior proximidade e acompanhamento à população, e não só “quando este serviço é pedido”, reconhecendo que o assistente social é um profissional que deve estar na linha da frente dos problemas sentidos pela comunidade. Destacam também a importância do Serviço Social no apoio aos idosos, pelo facto de a população estar envelhecida.

Nós constituímos uma equipa multidisciplinar, onde evidentemente tivemos técnicos de Serviço Social que tiveram integrados, para além de pessoas, para além de pessoas da área da Psicologia e da Pedagogia. Nós estamos a falar de um bairro, e as pessoas que vivem nas Alvenarias em particular, que é quem está a ser realojado no eco-bairro, essas pessoas são efetivamente de baixos rendimentos e, portanto, são pessoas com dificuldades económicas. O grande papel que os técnicos de Serviço Social tiveram neste processo foi aproveitarmos para fazermos um diagnóstico social e um relatório social mais aprofundado. No fundo acabámos por aproveitar estas circunstâncias para podermos melhorar o diagnóstico de que disponhamos (Ent. 9)

O papel do técnico de Serviço Social foi importante porque são as pessoas que estão dotadas de maior preparação e maiores competências para fazer a avaliação social e perceber de facto quais são as necessidades e encaminham as pessoas para as instituições e para os recursos que estão disponíveis no território (Ent. 9)

Eu sinto que fui ouvida, mas também pela condição em que estava, que tinha uma sogra acamada e o meu pedido para a casa foi para terem atenção ao nível das condições, nomeadamente a casa de banho, e as Assistentes Sociais deram o acompanhamento (Ent. 6)

Secalhar um dos problemas do bairro é exatamente nessa área, porque só ter o acompanhamento da Santa Casa é pouco. A população está muito envelhecida, há velhos que vivem sozinhos e outros que têm filhos, mas os filhos têm de ir trabalhar e eles ficam sozinhos. Aí é uma área muito carenciada neste bairro. Que tem muitos desafios, nomeadamente ao nível da mobilidade aqui no bairro (Ent. 2)

Em relação às potencialidades para o Serviço Social, antes já havia sido referido por Rocha (2015) que os entrevistados consideravam que existiam várias potencialidades para o Serviço Social, nomeadamente na

inovação para novas formas de trabalho, mesmo que por conta própria, novas construções identitárias e responsabilização na ajuda aos decisores políticos no sentido da criação de novas formas de organização social, mais ajustadas às necessidades dos indivíduos grupo e comunidades. Rocha (2015:287)

Partindo desta ideia, acreditamos que uma das potencialidades do Serviço Social passa por um trabalho a nível comunitário, promovendo a coesão das comunidades, em torno de um objetivo comum, como é o meio ambiente,

Há muito trabalho a ser feito e passa por trabalhar coletivamente. Eu penso que se as pessoas são cuidadosas com o espaço dentro de casa, tem de haver também esta questão coletiva. É como se o lixo ficasse de fora da casa e o lado de fora da casa já não fosse problema delas. Portanto esta consciência coletiva de que o espaço público é um espaço comum e é um espaço a ser preservado é um valor que tem de ser trabalhado (Ent. 9)

Efetivamente, a mudança de ambiente, ajuda muito no processo da mudança de comportamento, sem sombra de dúvida. As pessoas estavam admiradíssimas, por exemplo, com os painéis solares, se houvesse falhas, se não houvesse sol, como é que iriam garantir energia na sua casa, mas todas as situações foram alvo de explicação e são processos de aprendizagem longos (Ent. 9).

Esta potencialidade encontra também eco no modelo eco-social, anteriormente apresentado, através do seu foco no Eixo Ação, materializado na promoção do

empowerment dos indivíduos e do conseqüente reforço da sua cidadania, envolvendo-os, assim, na manutenção e cuidado do espaço comum.

V. Conclusão

“As cidades têm a capacidade de fornecer algo para todos, só porque, e só quando, elas são criadas por todos”

Jane Jacobs (2014)

Os problemas relacionados com a sustentabilidade que hoje vivemos residem, conforme pudemos constatar, no facto do ritmo de exploração e destruição dos recursos naturais se ter tornado, em muitos domínios, mais acelerado do que a própria capacidade da Natureza para os regenerar ou repor, colocando assim riscos na qualidade de vidas das populações atuais e futuras.

Percebemos que são muitas as lições a tirar da forma como temos usado os recursos do Planeta nos últimos tempos, sendo certo que, neste aspeto, e dado o crescimento urbano a que se tem assistido, as probabilidades apontam que se irá acentuar (UN Environment, 2019). As cidades apresentam-se como o grande desafio e oportunidade para que possamos construir lugares seguros, saudáveis e sustentáveis para todos. Pensar o Desenvolvimento passa, inevitavelmente, por pensar também o Desenvolvimento das cidades, acentando num correto planeamento urbano e no uso de soluções sustentáveis, que privilegiem, por exemplo, o uso de recursos endógenos e de energias renováveis.

No início deste trabalho estabelecemos alguns objetivos, com o intuito de dar resposta à nossa questão inicial: De que modo os eco-bairros podem constituir-se enquanto resposta ao Desenvolvimento Sustentável?

Após o enquadramento do Desenvolvimento Sustentável no seio das diversas teorias Desenvolvimento, partindo do caso do Bairro da Boavista, e dos exemplos de bairros internacionais aqui abordados, entendemos que os eco-bairros estão alinhados com as várias dimensões do Desenvolvimento Sustentável, permitindo uma manutenção integrada de processos ecológicos, socioculturais, económicos e de governança (Careto e Lima, 2006). Podemos também integrar os eco-bairro nas dimensões da Sustentabilidade, enunciadas por Sachs (2000), da seguinte forma:

1) Sustentabilidade Social – promovendo a melhoria da qualidade de vida, quer na construção das casas, como na disponibilização e melhoria dos serviços existentes e dos meios de transporte público disponíveis. Paralelamente, os gastos com energia são mais reduzidos, permitindo um alívio financeiro das famílias.

2) Sustentabilidade Económica – através de uma gestão da alocação mais eficiente dos recursos, para além do investimento no âmbito de Programas Europeus dos quais a construção dos eco-bairros, nomeadamente o da Boavista, beneficiou.

3) Sustentabilidade ecológica - através da aposta em energia renovável, de sistemas de gestão da água, e da adoção de práticas de proteção do ambiente.

4) Sustentabilidade territorial – através do equilíbrio entre o bairro e o meio natural envolvente, no caso específico do Bairro da Boavista, na preservação das áreas naturais e na integração natural com o Parque Florestal de Monsanto;

5) Sustentabilidade cultural – através do respeito pela multiculturalidade no seio do bairro, destacando-se, neste caso em específico, a etnia cigana bastante presente no bairro da Boavista;

6) Sustentabilidade Política - promovendo a participação dos moradores nos processos de decisão e a valorização de uma democracia representativa, através do empoderamento de Associações locais de representação dos moradores.

No que diz respeito à participação e Associativismo nos Eco-Bairros, tanto nos casos internacionais apresentados, como no Bairro da Boavista, é de realçar a preocupação com o envolvimento dos moradores nos processos de decisão, quer através de momentos criados para o efeito, como Workshops e Assembleias de Moradores, quer através de Associações de representação dos moradores, de que são exemplos o Fórum Vauban e a Associação de Moradores do Bairro da Boavista.

Consideramos, no entanto, que neste aspeto pode ser promovida uma maior participação coletiva, trabalhando processos de educação ambiental que estimule uma maior responsabilização pela preservação do espaço público e de áreas comuns.

Assim, como resposta a outra das questões de partida: “Que potencial para o Serviço Social em equipas multidisciplinares na construção dos Eco-bairros?”, uma das potencialidades de intervenção surge da necessidade de se promover uma maior consciência coletiva e comportamentos em torno da sustentabilidade, tendo neste papel o Serviço Social um contributo através da intervenção comunitária, ao ser uma profissão que acredita na responsabilidade coletiva de todos os elementos da sociedade para garantir a concretização de objetivos comuns, nomeadamente através de processos de empowerment e de advocacy, enquanto processos de reconhecimento, criação e utilização de recursos e instrumentos que conduzam ao Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, evidenciamos o princípio da responsabilidade coletiva que, de acordo com Carmo (1995), e tendo em conta os princípios de justiça social e direitos humanos, presentes na atuação do Serviço Social, “reforça a necessidade de promoção de relações de reciprocidade entre indivíduos, elemento essencial no processo de construção da coesão social, apoiando a (re)construção de uma cultura de solidariedade” (Carmo, 1995:674; cit.in Esgaio 2014:213).

Também enquanto estratégia de intervenção comunitária, o Serviço Social pode promover a participação efetiva dos moradores, tendo em conta a consciência das necessidades e do potencial das comunidades enquanto agentes influenciadores de políticas e medidas que lhes dizem, diretamente, respeito. Trata-se, assim, de, como referiu Dominelli (2013), conciliar a justiça ambiental com a justiça social.

Paralelamente, também foram identificados alguns aspetos de melhoria do eco-bairro da Boavista, tendo em conta a análise das entrevistas que realizámos, assim como pela comparação com os casos internacionais aqui abordados, que carecem igualmente de maior profundidade, nomeadamente no impacto que estas questões têm na vida dos moradores. A mobilidade é das principais preocupações manifestadas, dado o envelhecimento da população do bairro, e da deficitária rede de transportes públicos que o serve. Neste sentido, e em comparação com os casos internacionais, não é promovido o uso de transportes públicos no bairro, sendo de destacar, das visitas que efetuámos, o recorrente uso de viaturas próprias, acentuado pelo facto de, em frente a cada unidade habitacional existir um parque de estacionamento.

Num aspeto pessoal, ao longo da escrita da tese fui “desafiado” regularmente por dois tipos de pensamento no que à sustentabilidade e alterações climáticas diz respeito. Um positivo, que mostra que é possível promovermos uma maior educação ambiental com o objetivo de revertermos mudanças climáticas e previsíveis efeitos negativos destas e outro negativo que entende que estas alterações são já irreversíveis e que, portanto, a educação ambiental necessária traduz-se em nos prepararmos da melhor forma para as mudanças que virão.

Em ambas as situações, consideramos pertinente que se aprofunde, para futuras investigações, de que forma podem ser incorporados, por um lado, ferramentas de Educação Ambiental na intervenção social e, por outro, mecanismos de resiliência das comunidades às alterações climáticas.

Bibliografia

- Amaro, Rogério Roque (2003). *Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), 35–70. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Amaro, Rogério Roque (2017). *Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e...Noflay!*. *Cadernos de Estudos Africanos*,34. 2017.
- APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais*.
- Birou, A. (1970). *O Desenvolvimento como projeto e como praxis*, in VVAA, *Économie et Humanisme, um programa para uma política humanista*. Lisboa: Moraes Editores, pp. 170 – 216.
- Bowles, Wendy; Boetto, Heather; Jones, Peter; McKinnon, Jennifer (2016) *Is social work really greening? Exploring the place of sustainability and environment in social work codes of ethics*. *International Social Work* 2018, Vol. 61(4) 503–517
- Bogdan, Robert. e Biklen, Sari. (2010). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boudon, Raymond; Besnard, P; Cherkaoui, M; Lécuyer, B.P. (2007) *Dicionário Temático Larousse*. Temas e Debates Lda.
- Brito, Brígida Rocha (2004). *Turismo Ecológico: Uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe*. Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, ISCTE.
- Careto, Hélder e Lima, Susana (coord.) (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável* - 1. GEOTA.
- Carlos, Euzineia e Silva, Marta. (2006). *Associativismo, Participação e Políticas Públicas*. *Revista Política e Sociedade*, nº9.
- Carmo, Hermano (2014). *Educação para a Cidadania: um imperatvo estratégico para o Serviço Social*, pp. 113-129. In Carvalho, M. e Pinto, C. (2014) *Serviço Social, Teorias e Práticas*. Pactor. Lisboa.
- Capucha, Luís. (1990). *Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social*. *Sociologia, problemas e práticas*, nº8, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1031/1/2.pdf>

- CCE (2007). *Livro Verde: Por uma nova cultura de mobilidade urbana*. Bruxelas.
Disponível em:
<http://www.imtip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/RespostaLivroVerde/Documents/LivroVerdeNovaCulturaMobilidade.pdf>
- Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2016), *InfoData LVT* n°9.
- Coutinho, Clara Pereira (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Editora Almedina. 2ª Edição.
- Dizdaroglu, Didem; Yigitcanlar Tan e Dawes, Les (2009) *Sustainable urban futures : an ecological approach to sustainable urban development*. Conference Paper: The Second Infrastructure Theme Postgraduate Conference. Australia.
- Dominelli, Lena (2013). *Environmental justice at the heart of social work practice: Greening the profession*, Invited Article.
- Egan, John. (2004). *The Egan Review: Skills for sustainable Communities*. Londres: Crown.
- Esgaio, Ana (2014). *A intervenção Comunitária na prática do Serviço Social: um imperativo na conjuntura socioeconómica atual?* pp. 205-240. In Carvalho, M. e Pinto, C. (2014) *Serviço Social, Teorias e Práticas*. Factor. Lisboa.
- Estes, Richard. (1993). *Toward sustainable development: from theory to Praxis*. Social Development Issues, Vol.15, n°3, pp. 1-29.
- Ely, Aloísio, (1986), *Economia do meio ambiente: uma apreciação introdutória interdisciplinar da poluição, ecologia e qualidade ambiental*, Porto Alegre: FEE (3ª edição)
- Esteva, Gustavo (1992). *Development*, in Sachs, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992. p.6-24
- Fernandes, Ernesto. (2002); *O Associativismo no Tempo da Globalização – Voluntariado e Cidadania Democrática*. Revista de Intervenção Social
- Ferreira, Francisco (2019). *Cidades com Qualidade*. Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, n°18. Jan/Fev 2019.
- Freire, Paulo (2001). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- Furtado, Celso (1974). *O Mito do Desenvolvimento Económico*. Rio de Janeiro: Paz e

- Terra, 1974.
- Gadotti, Moacir (2001). *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis
- GER Cities, (2011). *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, www.unep.org/greeneconomy, 450-489, United Nations Environment Programme.
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin (1977). *O Inquérito: Teoria e Prática*. 4ª Ed. (Trad. Portuguesa). Oeiras: Celta Editora
- Gray, Mel e Coates, John. (2012). *Environmental ethics for social work: social work's responsibility to the non-human world*. International Journal of Social Welfare, Vol.21, nº3, pp. 239-247.
- Hoballah, Arab e Smaoun, Soraya (coord). (2012). *Sustainable, Resource Efficient Cities - Making it Happen*. UNEP
- Hopwood, Bill. (2005) *Sustainable Development: mapping different approaches*. Sustainable Development,13. pp. 38-52.
- Ichimura, Masakazu. (2003). *Urbanization, Urban Environment and Land Use: Challenges and Opportunities*, Paper presented at Asia-Pacific Forum for Environment and Development Expert Meeting, 23 January 2003, Guilin, People's Republic of China.
- IFSW - International Federation of Social Workers (2014), Definição Global da Profissão de Serviço Social.
Acedido a 10/07/2017, através de http://cdn.ifsw.org/assets/ifsw_102510-8.pdf
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2018). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal*. Lisboa
- Kripka, Rosana Maria; Scheller, Morgana e Bonotto, Danusa de Laura (2015). *Pesquisa Documental: Considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa*. Universidade Católica de Rio Grande do Sul.
- Lee, Judith. (2001), *The Empowerment Approach to Social Work Practice*, New York, Columbia University Press
- Lefèvre, Henri (1968). *O Direito à Cidade*. Centauro Editora, 3ª Reimpressão 2011.
- Lefèvre, Pierre e Sabard, Michel. (2009). *Les écoquartiers*. Rennes Apogée.
- Libardoni, Marlene. (2000). *Fundamentos teóricos e visão estratégica da Advocacy*. Revista de Estudos Feministas, vol.8, n.2.
- Moreira, Sandrina Berthault e Crespo, Nuno. (2012). *Economia do Desenvolvimento:*

- das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento*. Revista de Economia, 38(2). <https://doi.org/10.5380/re.v38i2.29899>
- Moura, Ricardo Lima (2010) *Estudo do Eco-bairro de Vauban, em Freiburg, Alemanha - Contributos para a definição de um modelo participativo com vista à disseminação de Eco-bairros em Portugal*.
- Oliveira, L.D. (2012) *Os “limites do Crescimento” 40 Anos depois: das profissões do “Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”*; Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1
- Payne, Malcom (1994). *Personal supervision in social work*. In A. Connor e S. Black (Eds.), *Performance review and quality in social care* (pp. 43-58). London.
- Pinto, Carla (1998). *Empowerment: uma prática de Serviço Social*. In *Política Social 1998*, 245 - 277. .Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pinto, Carla (2014). *Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Entrecruzadas*, pp. 143-162. In Carvalho, M. e Pinto, C. (2014) *Serviço Social, Teorias e Práticas*. Pactor. Lisboa.
- PRO Lisboa, (2009). *Política de Cidades -Parcerias para a Regeneração Urbana*. "Programas integrados de criação de Eco Bairros"
- QREN/GABIP Boavista (2019). *Boavista Eco-District: Project Presentation*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Rahnema, Majid (1992). *Participation*, in Sachs, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992. pp.116-130.
- Rocha, Rafaela Garcia Coelho da. (2014). *Bairros Sustentáveis: Contributos para uma estratégia de reabilitação sustentável – Bairro do Rego Arquitectura*. Tese Submetida como Requisito Parcial para a Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura. Instituto Superior Técnico
- Rocha, Helena Belchior (2015). *Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis*. Tese Submetida como Requisito Parcial para a Obtenção do Grau de Doutor em Serviço Social. ISCTE-IUL
- Rostow, Walt Whitman. (1974) *Etapas do Desenvolvimento Económico (um manifesto não comunista)*, Zahar Editores. Rio de Janeiro
- Sachs, Ignacy (1992), *Estratégias de transição para o século XXI*. In *Para Pensar o*

- Desenvolvimento Sustentável, Bursztyn (org), pp.29 – 42
- Sachs, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992.
- Salgado, José. (2013) *Contributo do Biomimetismo para o desenvolvimento de Eco-bairros* - Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- Samagaio, Florbela. (1999), *Desenvolvimento: uma noção entre o imaginário e a realidade*. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v.9.
- Scatolin, Fábio Dória. (1989) *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná*. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.
- Schorr, Janaína; Rogerio, Marcel; Cenci, Daniel Rubens (2015). *Crise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Postulados de Enrique Leff*. XVII Seminário Internacional de Educação no Mercosul.
- Teisserenc, Pierre (1994). *Politique de développement local : la mobilisation des acteurs*. In: *Sociétés contemporaines* N°18-19, Juin /Septembre 1994. Langage en pratique. pp. 187-213;
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision* (ST/ESA/SER.A/420). New York: United Nations.
- UN Environment (2019). *Global Environment Outlook - GEO 6: Healthy Planet, Healthy People*. Nairobi.
- Verdaguer, Carlos (2000) . *De la sostenibilidad a los eco-bairros*: in *Documentacion Social*, Revista de Estudios Sociales Y de Sociologia Aplicada. “Ciudades habitables y solidarias” Abril-Junio, n119.

Webgrafia

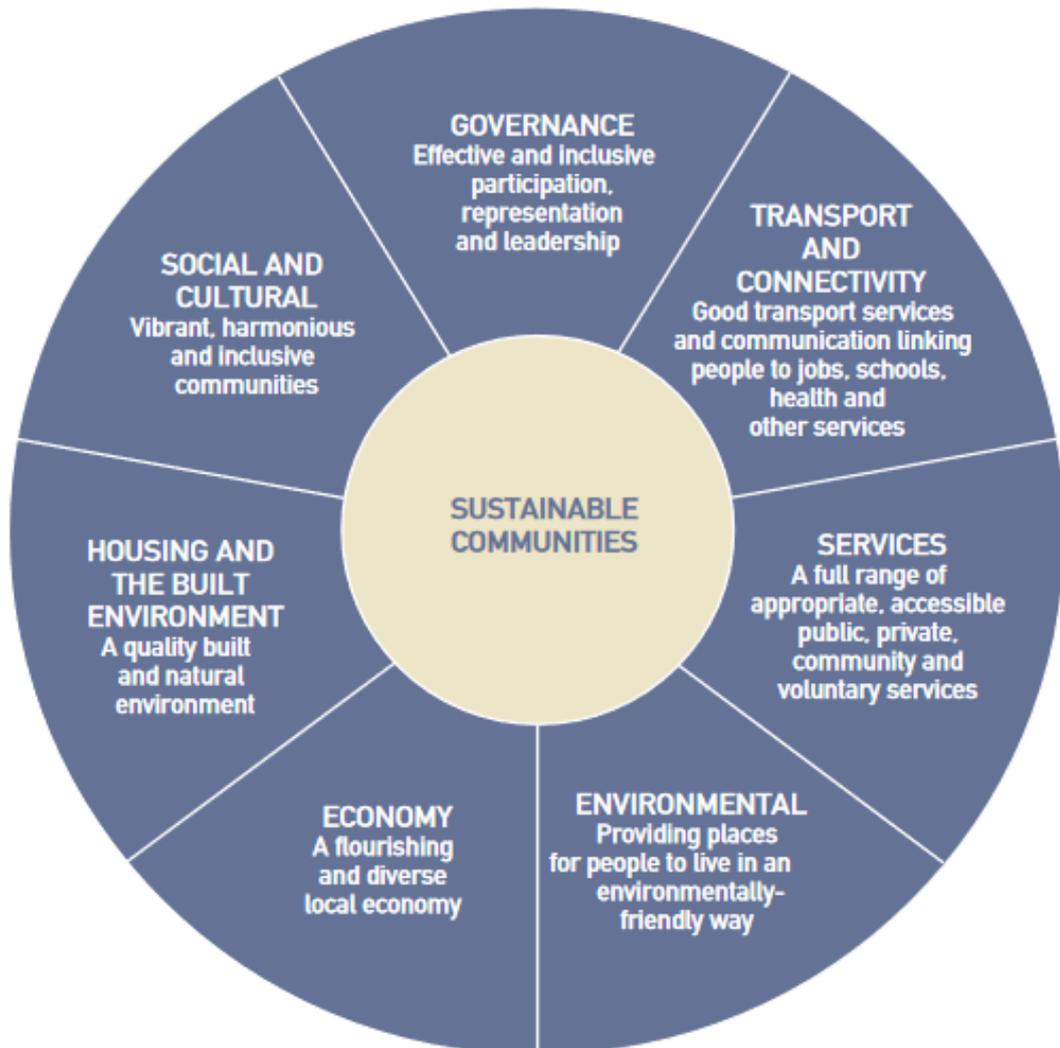
<https://freiburg-vauban.de/en/history/> (consultado a 14 de Agosto de 2019)

<http://www.forumdascidades.pt/> (consultado a 5 de Setembro de 2019)

<https://www.ecobairros.org/> (consultado a 12 de Outubro de 2019)

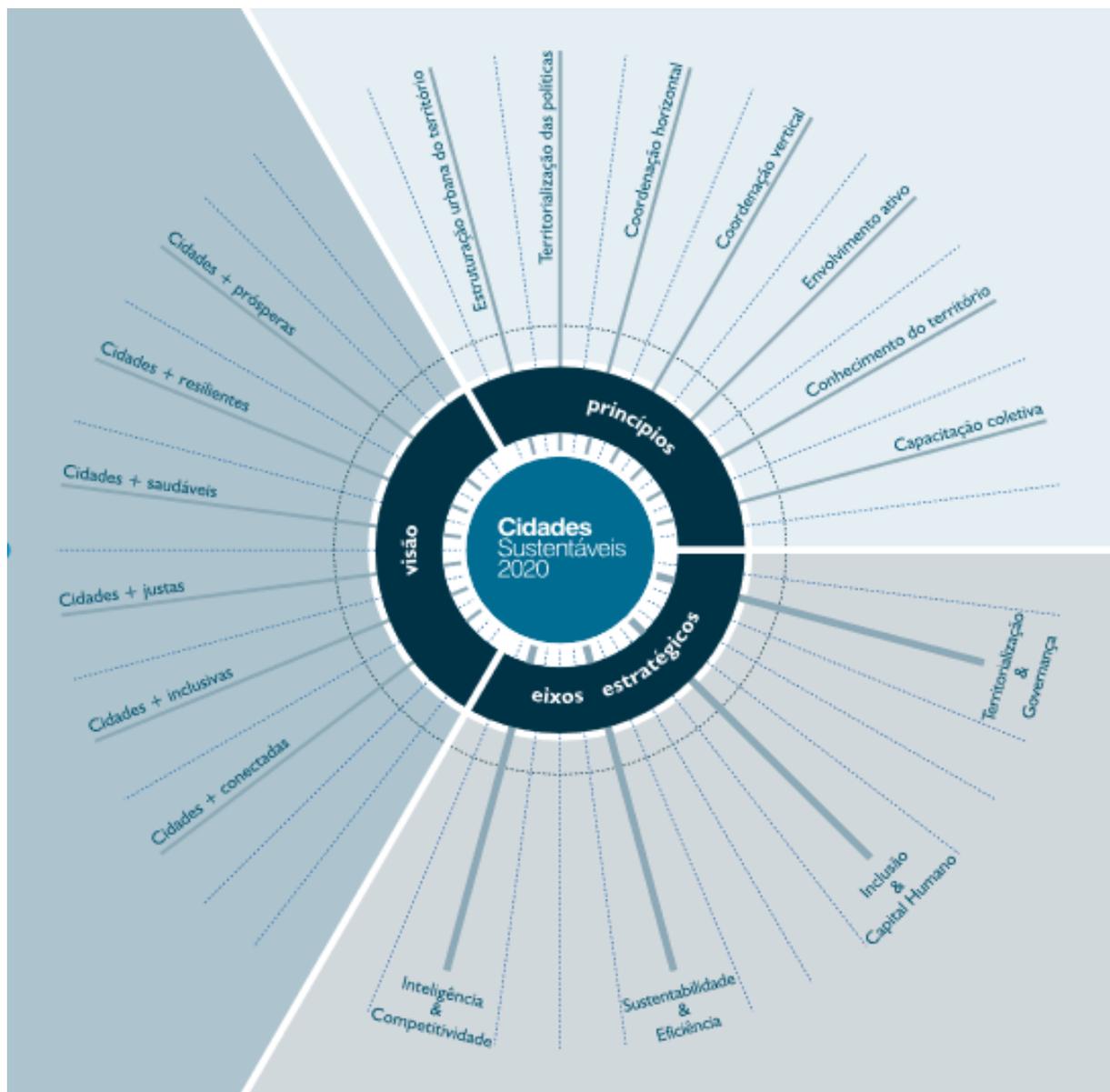
Anexos

Anexo 1 - Componentes de uma Comunidade Sustentável.



Fonte: Egan (2004)

Anexo 2 – Eixos da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020



Anexo 3 – Fotografias de Momentos de Participação Local



Anexo 4 – Eco Caderneta distribuída por todos os habitantes



Como viver melhor numa habitação municipal?

- Respeitar as regras de bom uso da habitação:** Não fazer obras sem autorização, não alterar a estrutura, não fazer obras que possam prejudicar a vizinhança.
- Manter a casa limpa e seca:** Evitar acumular lixo, lavar a casa regularmente.
- Manter as áreas comuns limpas:** Não deixar lixo nas áreas comuns, não fazer obras sem autorização.
- Participar ativamente na vida da comunidade:** Participar nas reuniões, colaborar com as regras.
- Respeitar particularmente as condições de silêncio e de privacidade:** Não fazer obras que possam gerar ruído excessivo, não fazer obras que possam prejudicar a privacidade dos vizinhos.
- Manter a habitação e os espaços comuns limpos e bem conservados:** Não deixar lixo nos espaços comuns, não fazer obras que possam prejudicar a conservação dos espaços.
- Manter a casa segura:** Não fazer obras que possam comprometer a segurança da habitação, não fazer obras que possam comprometer a segurança dos vizinhos.

Manter o conforto de temperatura

Manter o conforto de temperatura no inverno e no verão.

3°C / 4°C (Inverno) / **-18°C** (Verão)

Ativar a grelha de ventilação: Manter a grelha de ventilação aberta para melhorar a ventilação natural.

Verificar as lâmpadas de iluminação: Usar lâmpadas de baixo consumo energético e desligar as lâmpadas quando não estiverem a ser utilizadas.

Manter um controle para o bom uso da água

Manter um controle para o bom uso da água. Não deixar a torneira aberta, não deixar a água a correr desnecessariamente.

Manter a torneira sempre fechada: Não deixar a torneira aberta, não deixar a água a correr desnecessariamente.

Manter a torneira sempre fechada: Não deixar a torneira aberta, não deixar a água a correr desnecessariamente.

Manter a eficiência energética

Manter a eficiência energética. Usar lâmpadas de baixo consumo energético, desligar as lâmpadas quando não estiverem a ser utilizadas.

Manter a eficiência energética: Usar lâmpadas de baixo consumo energético, desligar as lâmpadas quando não estiverem a ser utilizadas.

Anexo 5 – Fotografias do eco-bairro da Boavista



Anexo 6 – Guião de Entrevista Moradores

1. Como viu a construção de um eco-bairro no Bairro da Boavista?
2. Como tem sido a adaptação a uma casa ecológica? Quais as mais valias que tem sentido relativamente à sua qualidade de vida?
3. Como foi o processo de participação dos moradores? Sentiu-se envolvido/a?
4. Que aspetos acha que devem ser melhorados no bairro? E no que diz respeito ao ambiente?
5. Como vê o papel do/a Assistente Social aqui no Bairro?

Anexo 7 – Guião de Entrevista Decisores Políticos

1. Quais os motivos que levaram à escolha do Bairro da Boavista para ser intervencionada com o projeto de Eco-bairros?
2. Que inovações e alternativas o modelo de eco-bairro traz no âmbito da sustentabilidade e quais as suas mais valias no que diz respeito à qualidade de vida dos moradores?
3. De que forma foram envolvidos os moradores do bairro no projeto do Eco-Bairro? Como se efetuou a articulação entre as várias entidades entidades com responsabilidade no território?
4. Como foi envolvido e qual tem sido o papel do Serviço Social ao longo do projeto? Quais as potencialidades que vê na intervenção do Serviço Social no eco-bairro?

Anexo 8 – Grelha de análise de conteúdo

Categorias	Dimensões
Implementação do Projeto Eco-Bairro	Enquadramento e contexto do Projeto
	Impacto na Sustentabilidade do Bairro
	Impacto na qualidade de vida dos moradores
Intervenção no Projeto Eco-Bairro	Papel das Parcerias Locais na Intervenção Social
	Participação Local
	Contribuição do Serviço Social